

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE **TAQUIGRAFIA** E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, **ATA** E SÚMULA

SUMÁRIO

1. ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 1º DE FEVEREIRO DE 1991

1.1. ABERTURA

1.2. PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1. COMUNICADO DA MESA

- Projeto de Resolução nº 022, de 1991, de autoria da Mesa **Diretora**, que "Aprova a 1ª reformulação do detalhamento da dotação orçamentária de Cr\$ 5.600.300.000,00 consignada no Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991".

1.2.2. COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO **AGNELO** QUEIROZ, em nome do PC do B

- Considerações sobre o novo pacote econômico.
- Apresentação de pedido de explicações ao GDF a respeito de licitação para contratação de uma empresa de publicidade.

DEPUTADA MARIA **DE LOURDES ABADIA**, em nome do PSDB

- Referência à **denúncia** publicada na "**Folha** de São Paulo" sobre a possível fraude na licitação do GDF.
- Registro do encaminhamento do pedido de informações do Deputado **Agnelo** Queiroz,
- Menção ao término de seu mandato de Deputada Federal e **Constituinte**, agradecendo à **população** o voto de **confiança** e prestando contas de seu trabalho.

DEPUTADA LÚCIA **CARVALHO**, em nome da Bancada do PT

- Referência as medidas econômicas do Governo Federal e aviso da realização de reunião do Partido dos Trabalhadores (PT), no próximo sábado, para **avaliar** o pacote.

- Alusão à campanha "**Nossas** Crianças", lançada nesta semana **pelo** Governador Joaquim **Roriz**, e à rebelião de crianças no Centro de Recuperação e Triagem de **Taguatinga**, ocorrida ontem.

- Saudação aos Deputados e Senadores que serão empossados hoje, 1º de fevereiro, no Congresso Nacional, e destaque à responsabilidade dos novos parlamentares na defesa dos interesses da população,

DEPUTADO **MAURÍLIO SILVA**, como Líder do Governo

- Registro da intenção do Governo de apurar as denúncias feitas pelos Deputados **Agnelo** Queiroz e Lúcia Carvalho.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome do PCB

- **Aviso** da **realização** do Encontro Nacional da Unidade Sindical do PCB, no próximo fim de **semana**, na sede rural da Contag, a partir das 9 horas.

- Relatório sobre a rebelião do Centro de Recuperação e Triagem (CRT) de Taguatinga.

DEPUTADO **PENIEL** PACHECO, em **nome** do PST

- Preocupações acerca dos critérios a serem adotados na fiscalização do congelamento determinado pelo Governo Federal.

- Menção ao problema do menor no DF.

- **Parabenização** ao Líder do Governo nesta **Casa**, Deputado **Maurílio Silva**, pela informação sobre a atitude do GDF em relação à **denúncia** do Deputado Agnelo Queiroz.

DEPUTADO FERNANDO NAVES, em nome do PDC

- **Considerações** sobre o **problema** do **menor**, ressaltando a irresponsabilidade dos adultos no trato da **questão**.

1.2.3. COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PST)

- **Conclamação** aos Deputados para a continua avaliação dos trabalhos parlamentares, visando ao fortalecimento do Legislativo **local**.

DEPUTADA **ROSE MARY MIRANDA (PTR)**

- Apelo ao administrador regional de **Taguatinga**, Sr José Maria Gonçalves Coelho, para que atenda as reivindicações dos moradores das **QNLs**.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT)

- Críticas ao novo pacote do Governo Federal.

DEPUTADO **EDIMAR PIRENEUS (PDT)**

- Abordagem sobre o projeto de **reciclagem** do lixo, a ser desenvolvido **pela** Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (**SEMATEC**).
- Manifestação de **solidariedade** ao Deputado **Peniel** Pacheco em **relação** às preocupações com o trabalho interno desta Casa.

DEPUTADA LÚCIA CARVALHO (PT)

- Justificação da ausência dos Deputados **Eurípedes** Camargo e Wasny de Roure nesta **sessão**, por estarem presentes na CNA - sede da **COBAL**.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO (PCB)

- Preocupações com o **funcionamento** desta Casa Legislativa,
- Referência às novas medidas econômicas governamentais.
- Solicitação de registro, nos Anais desta **Casa**, da entrevista do Sr. Raimundo Faoro, intitulada "O Governo da Ineficiência",

1.3. GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT)

- Considerações acerca da denúncia apresentada pela "Folha de São Paulo" sobre a **licitação** pública para contratação de empresa de publicidade.
- Encaminhamento à Mesa Diretora de pedido de esclarecimentos ao Secretário de Comunicação Social do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)

- **Justificação** de sua ausência na sessão de ontem.
- Comentários sobre a situação dos servidores da CNA.
- Registro de posse da nova diretoria da Associação dos **Engenheiros** Florestais do Distrito Federal.
- Preocupações com as **políticas** de desenvolvimento científico e tecnológico no Distrito Federal.

1 A ENCERRAMENTO

- Convocação dos Srs. Deputados para sessão **extraordinária**, a realizar-se na próxima **segunda-feira**, às 10 horas.

Ata da 20ª Sessão Ordinária , em 04 de fevereiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa , de 1ª Legislatura.

Presidente(s) ; Sr(s) . Deputado(s) *Salviano Guimarães e*

Jorge Cauhy

Secretário(s) : Sr(s) . Deputado(s) *Fernando Naves.*

Às 10^h horas e 20 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|
| Deputado Agnelo Queiroz(PC do B) | - Deputado José Edmar(PTR) |
| - Deputado Aroldo Satake(PDS) | - Deputado José Ornellas(PL) |
| - Deputado Benício Tavares(PDT) | - Deputada Lúcia carvalho(PT) |
| - Deputado Carlos Alberto(PCB) | - Deputado Manoel Andrade(PTR) |
| - Deputado Cláudio Monteiro(PDT) | - Deputada Mª de Lourdes(PSDB) |
| - Deputado Edimar Pireneus(PDT) | - Deputado Maurílio Silva(PTR) |
| - Deputado Eurípedes Camargo(PT) | - Deputado Pedro Celso(PT) |
| - Deputado Fernando Naves(PDC) | - Deputado Peniel Pacheco(PST) |
| - Deputado Geraldo Magela(PT) | - Deputada Rose Mary Miranda(PTR) |
| - Deputado Gilson Araújo(PTR) | - Deputado Salviano Guimarães |
| - Deputado Padre Jonas(PDT) | - Deputado Tadeu Roriz(PSC) |
| - Deputado Jorge Cauhy(PL) | - Deputado Wasny de Roure(PT) |

, 01 FEV 1991

(CL - 1)

Beth/19/2/91

10h20/13/1

O SR. ~~PRESIDENTE~~ (Salvianp Guimarães) - Havendo
número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o Deputado Jorge Cauhy a assumir a Pre-
sidência.

~~(Assume a Presidência o Sr. Deputado Jorge Cauhy.)~~

O SR. ~~PRESIDENTE~~ (Jorge Cauhy) - Não havendo mate-
ria sobre a mesa, passaremos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos no Pequeno Expediente:

1. Peniel Pacheco
2. Rose Mary Miranda
3. Pedro Celso
4. Edmar Pireneus
5. Eurípedes Camargo
6. Carlos Alberto
7. Agnelo Queiroz

Convido a ocupar a tribuna o nobre Deputado
Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.)-

Dr. Presidente,

temos acompanhado os fatos noticiados ~~divulgados~~ pela imprensa, dando conta das preocupações que nós, Parlamentares, estamos demonstrando com relação ao fortalecimento do Legislativo local.

Volto a conclamar os ^Pares que têm assento nesta Casa ^a para que ~~possamos~~ ^{emos} continu~~ar~~ avaliando nossos trabalhos, refletindo a respeito de nossas atividades e tirando lições proveitosas, com o intuito de ~~podemos~~ ^{mos} NOS reorganizar ~~nos reordenar~~ na condução dos trabalhos internos da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Muitas vezes ~~há expectativa~~ ^{nós} ~~mesmos entre nós~~ ^{esperamos} de que o Legislativo ^{seja} ~~possa ser~~ conduzido ^{por} ~~com~~ um toque de mágica, com variedade de condão, como se ao simples ^{movimento} ~~toque~~ da batuta ^{de um} ~~do~~ maestro as coisas se encaix^{em} em devidamente nos seus lugares, permitindo, assim, ^W ~~um~~ funcionamento exemplar desta Casa.

Há também a idéia de que esta Casa poderia funcionar com um Presidente que seria uma espécie de Aladim com sua ^L ~~l~~âmpada mara-

01 FEB 1991

CL-3

17/3

vilhosa ^{que} ~~simplesmente~~ ^{seriam} ao esfregá-la, ^{atendidas} ~~teria~~ imediatamente ~~concluí~~

~~das~~ todas as pretensões dos Parlamentares e até mesmo os anseios da sociedade. Isto não é verdade, A Câmara Legislativa só poderá ~~se~~ firmar-se, perante a opinião pública, se houver, como tem ocorrido, um reforço da nossa imagem. É preciso um trabalho árduo, incessante, ~~constante~~, a fim de que possamos esperar o máximo de nós mesmos ~~para fazer~~ viabilizar aqueles anseios justos e legítimos da sociedade que nos elegeu.

Tenho declarado - e insistirei ^{nisso} - que somos co-res-

ponsáveis pelos sucessos e insucessos desta Casa. É fácil atribuir a

um ou outro a culpa pela morosidade ^{pelos} ~~dos~~ empecilhos, ^{pelos} ~~pelos~~ dificuldades. E

Também

cômodo para qualquer um de nós ~~também~~ esperar que outros produzam aqui-

lo que é indispensável para o bom funcionamento desta Casa. ~~Esperamos~~ que

cada um de nós ^{deve} ^{ir} assumir ~~o compromisso~~ a parcela de responsabilidade que

lhe cabe.

~~temos~~ Fazemos parte de uma instituição ^{de cujo} ~~que tem~~ um corpo, do qual somos

os membros, exercendo umas e outras funções. No entanto, cada um contri-

bui com sua parte para que esta Casa seja aquilo que todos ^{nós} ~~desejamos~~ e

Que a sociedade ansiosamente espera.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, periodicamente trarei ^a ~~para~~ esta tribuna, ^{para reflexão de} ~~a~~ ^{para} ~~tím de~~ que V.Exas. ~~reflitam~~, as questões que envolvem a visão que a sociedade tem desta Casa. Não estou preocupado em desenvolver uma política rios moldes do que faz a galinha que canta após botar o ovo. Não quero fazer estardalhaço, ^{meu desejo} ~~não estou querendo~~ de publicidade. ^{Prefendo} ~~Desejo~~ que esta Casa funcione e ^{nossas atividades} ~~que~~ ^{se pratique umas} ~~aqui~~ se desenvolvam ^{normalmente.} ~~nossas atividades~~. Não podemos admitir que aqui ~~exista~~ política circense, incendiária, ^{se} ~~onde~~ ^{culpa} ~~alguém cospe~~ labaredas, como ~~fazem~~ nos picadeiros, e depois, aplaudindo, ^{fique} ~~de~~ vendo o circo pegar fogo.

A ninguém interessa ^a ~~uma~~ imagem negativa desta Casa [✓]

^{União Nacional} ~~principalmente~~ a nós, Deputados [✓] ~~nem~~ que ela perca suas prerrogativas.

Precisamos, de fato, resgatar ^{elas} ~~esses~~ prerrogativas, ^{nosso} tomar posse do que é de direito e colocar em pratica nossas intenções.

TAQ. SUELI

ORADOR: PENIEL PACHECO (CONT.)

HORÁRIO: 10h25

01.02.91

2.1

Tenho certeza de que, no geral, todos estamos conscien-
tes de que é importante ver esta Casa funcionar. Então, ~~vamos~~ companhei-
ros - ~~usando~~ ^{e uso} aqui, carinhosamente, a palavra emprestada do Partido dos
Trabalhadores, cujos membros lamentavelmente não estão ^{presentes} no momento -
^{vamos} irmanar-nos, ter mais sentimento de coleguismo, para que possamos,
assim, cada um contribuindo COTO a sua parcela, fazer deste Legislati-
vo ^Num exemplo para o Brasil.

Sabemos da importância ^{cada um} ~~que há na manutenção dos~~ ^{de perseverar} ^{seus} ideais,
^{suas} ~~as~~ concepções filosóficas, e ideológicas, ~~de cada um~~. Ninguém deverá
abrir mão disso.

Sabemos também da importância do funcionamento das pró-
prias estruturas partidárias; mas, acima de tudo, está a preocupação
com esta Casa.

~~Terminando as minhas palavras~~ Conclamo, portanto, os
nobres Deputados a desenvolver ^{em} essa cruzada de fortalecimento dos tra-
balho ^{resgatar} do Legislativo, para que possamos ~~ver~~ a dignidade do nosso povo,

01 FEV 1991

CL-6

2.2

~~resgatada~~, mediante uma ação clara, efetiva, transparente, cristalina

O maior anseio da nossa comunidade.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presi-

dente .

01 FEV 1991

CL - 7

2.3

Concedo a palavra

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) - ~~Convido~~ a Deputada

Rose Mary Miranda, n ~~oupar a tribuna~~

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, publico aqui pre-

em meu gabinete,

sente, tenho recebido ~~por~~ estes dias, alguns representantes da comuni-

que me
dade, ~~no meu gabinete~~. Eles têm trazido ~~em~~ «~~min~~ reclamações» fla ~~comu~~
~~nidade~~. Acho ~~que~~ isso ~~é~~ muito bom.

Uma comissão de moradores das QNLs, em Taguatinga, re-
presentando a Prefeitura Comunitária, ~~estava em nosso gabinete para~~

ou - não
relatar a situação de abandono em que se ~~encontram~~ essas áreas resi-

denciais. ~~aqui~~. dirijo Nesta tribuna, ~~faço um~~ apelo ao novo administrador

regional de Taguatinga, José Maria Gonçalves Coelho, recém-empossado

para
no cargo, que dê prioridade as solicitações feitas pelos moradores das

QNLs.

e as reclamações trazidas pelos

A situação lá não está nada boa, ~~os~~ moradores ~~trouxeram~~

já são
~~reclamações~~, ~~por sinal~~ antigas.

Segundo esses moradores, as não são e ~~faltam~~ ruas ~~asfaltadas~~, ~~que nes-~~

ta época de chuva viram verdadeiros atoleiros. Algumas ~~ruas~~ não ~~são~~ ^{São}

condições de tráfego de veículos, dificultando até a coleta de lixo.

^{isso} é verdade. ~~porque lá~~ ^{na} festa ^{para} verificar a situação e ^{constatei que, na} época de chuva, é praticamente impossível transitar em algumas ruas.

Solicitam - nos a

Colocação de quebra-molas na pista que liga o Setor L

Norte ^{ao} ~~do~~ Setor J Norte, em toda a via, desde a feira permanente, até

o centro ^{SAMDU,} ~~do bairro~~, para reduzir o número dos constantes acidentes que ocorrem no local.

em que eu passava

Um dia ~~passando~~ por lá, coincidentemente, uma criança foi atropelada, porque os carros passam a alta velocidade, não respeitam os pedestres, e as mães ~~que deixam seus filhos no colégio~~ sofrem ~~bastante~~ porque ~~as crianças atravessam aquela via~~ há perigo constante de atropelamento ^{para as crianças que atravessam a rua.}

Os moradores se queixam, também, da falta de segurança e exigem da Secretaria de Segurança maior policiamento naquela área.

Como a Secretaria de Segurança Pública acaba de anunciar a recuperação

n 1 FEV 1991

CL-9

2.5

de vários veículos da Rocan, ^{solicitamos ao Sr.} ~~gostaríamos que~~ Secretário, João Bro-

chado, ^{p/} ~~aumentasse~~ ^{o/ do} ~~efetivo~~ ^{desse veículos} ~~de carros da Rocan~~ nas QNLS, ^{visando CL} ~~para fazer o~~

^{maior} policiamento, uma vez que

~~Isso é um pedido também dos moradores, porque há cons-~~

^{em particular}

tantes assaltos, as moças e rapazes que estudam à noite, ~~constantemen-~~

~~te são assaltados~~ Isso sem falar dos moradores que trabalham, chegam

em casa cansados, e na maioria das vezes são assaltados. Fazem ate per-

guntas casa por casa: "Você já foi assaltado?" Isso é ~~uma coisa~~ comum

por lá.

A comunidade das QNLS reivindica, ainda, a melhoria no transporte coletivo. fi preciso que o Departamento de Transportes Ur-

banos - DTU, aumente a fiscalização e coloque mais ônibus ^{nas} ~~que fazem li-~~

nhas para a Esplanada dos Ministérios, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Gu-

rã, W3 Norte, ^{UnB,} ^{autorize} ~~unb~~ e a volta dos ônibus executivos, para atender melhor

aqueles moradores.

^{Para}

Quem trabalha na Esplanada ou no Cruzeiro, ^é ~~tem~~ uma ver-

dadeira maratona, ^{vão se sabe por que} ~~para~~ pegar ônibus. fl ~~muito difícil!~~ E os ônibus exe-

01 FEV 1991

2.6

cutivos foram retirados, ~~e eles não sabem por quê.~~

~~Era só isso, Sr. Presidente.~~

~~Muito obrigado.~~

Espero que, ^{ao receber} realmente ~~com~~ este discurso que vou encami-

nhar à Mesa para que seja entregue ao Administrador de Taguatinga,

S. Exa. adote providências urgentes com relação aos moradores das

QNLS.

Era o que vinha a dizer, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente - Convido o Deputado Pedro Celso
a fazer uso da tribuna. Ite.)

01 FEB 1991

CL-11

3/1

3/1

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Concedo a palavra ao

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr.

novamente fomos surpreendidos por mais um pacote imposto de cima

vez, demonstra sua posição contrária aos interesses da classe tra

sem precedentes, usando novamente a estratégia de congelar os aa

dos produtos, embora promovendo

nos salários e ~~exclui~~^{mo} o funcionalismo publico, no momento em que

essa categoria está reivindicando de 318% ate 430% de aumento. fí

um acinte.

Mais uma vez, o Presidente da República rasga a Cons-

banos e rurais, além de outros que visem à me

01 FEV 1991

CL-12

3/2

lhoria de sua condição social:

.....

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;"

O Governo, unilateralmente, fixa as datas-base para as categorias nos meses de janeiro e julho deste ano. Como ficam as convenções, os acordos coletivos em vigor ~~q~~ que fixam datas-base para abril e maio, por exemplo?

A imprensa publica - e verificamos isso rapidamente, porque ainda estamos tontos com as medidas adotadas por este Governo - que os sindicalistas prevêem uma onda de greves sem precedente~~s~~ no País. Os salários estão hoje em um dos pontos mais baixos constatados em toda a História do País. ^E Neste exato momento, novamente, o Presidente da República congela os salários, apesar de estarem considerando os preços como estão.

Sabemos que essas medidas vão significar, além de outras mazelas, mais desemprego, mais arrocho salarial - que que ^{*}ro classificar de "roubo salarial". O povo já está cansado de ouvir falar em congelamento, pois sabe de antemão que somente os salários permanecerão congelados, já que nenhum Governo conseguiu até agora controlar os preços. Além disso, ainda editam um "su-

0 f FEV I99|

CL - 13

3/3

pertarifaço". Controlar os salários é tarefa fácil para Gover-
no e empresários. Quero ver ~~congelar~~ ^{controlar} os preços dos produtos.

^{há pouco}
Ouvia ~~agora~~ pelo radio notícia de que, se não me enga-
no, no Estado de Alagoas, para 60 mil estabelecimentos comerciais,
a Sunab dispõe de apenas 15 fiscais. Parece brincadeira.

Esse pacote não distribui renda, não penaliza a dola-
rização da economia, não traz a reforma agrária, nem combate a
mortalidade infantil, provocada pela fome. Ao contrario, é a fa-
ce mais cruel da carestia.

Quero reforçar, mais uma vez, que os setores organiza-
dos da sociedade vão ter de lutar. Os sindicatos vão ter de con-
vocar suas categorias, para irem à luta e fazer muitas greves, tantas
quantas forem necessárias. Novamente congelam — repito —
os preços pelo pico e os salários pela média, propondo um aumen-
to de 25%, conforme quer a Ministra da Economia, que nao repõe
as enormes perdas provocadas pelo próprio Collor, desde março do
ano passado.

Por isso, conclamo os nobres Deputados ^a ~~para~~ que cum-
pram o seu dever de representantes do povo, protestando contra
mais esse pacote, que é ~~in~~ ⁱⁿstitucional, antipovo brasileiro e
antitrabalhador.

21 FEB 1991

3/4

Trata-se de mais uma medida imposta de cima para baixo, repito, que fere a Constituição, ^{ficando} ~~quando fica~~ claro que ^{algora} ~~more~~ nas datas-base das categorias dos trabalhadores.

Neste primeiro momento, ^a ~~há~~ poucas horas do anuncio do novo plano, estamos perplexos. Acredito que todo o conjunto da sociedade também está, menos aqueles que já deveriam ter conhecimento ^{antecipado} do pacote. ~~de antemão~~. Outras seqüelas, com certeza, virão.

~~Quero~~ ^{o/} Aproveitar este espaço para protestar contra mais essa medida autoritária, arbitrária e inconstitucional deste Governo antipovo e antitrabalhador.

^{E'} ~~Corria~~ o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

* * *

01 FEV 1991

CL-15

3/5

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Com a palavra o nobre Deputado Edimar Pireneus.

Taq. Helô

Orador: Edimar Pireneus

Horário: 10h35m

Data: 01.02.91

4/1

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros da imprensa,

CHAMEI A ATENÇÃO DESTA CASA, NO ÚLTIMO DIA 29, AO APRESENTAR O PROJETO DE LEI PROIBINDO PROVISORIAMENTE AS TRANSAÇÕES COM AS TERRAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL, PARA O FATO DE QUE MUITO SE FALA, MAS POUCO SE FAZ, EM NOSSO PAÍS, EM RELAÇÃO A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. HOJE, NO ENTANTO, OCUPO ESTA TRIBUNA PARA FALAR SOBRE O IMPORTANTE TRABALHO QUE A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL - A SEMATEC - VAI DESENVOLVER A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA-PILOTO EM BRAZILÂNDIA, QUE É O PROJETO DE RECICLAGEM DO LIXO, VISANDO, ENTRE OUTROS RESULTADOS, À PRODUÇÃO DO ADUBO ORGÂNICO.

ESTE TRABALHO, SEGUNDO AS INFORMAÇÕES DIVULGADAS ONTEM PELOS JORNAIS LOCAIS, SERÁ APOIADO POR AÇÕES • ; DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, JÁ INICIADAS JUNTO AOS ESTUDANTES DE BRAZILÂNDIA. CONSIDERO ESTE PROGRAMA DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA, POIS, SE A EDUCAÇÃO É A BASE DO DESENVOLVIMENTO, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL SERÁ O ALICERCE INDISPENSÁVEL PARA QUE AS GERAÇÕES W» PRESENTES CONSTRUAM UM FUTURO DE FARTURA E DE SOBREVIVÊNCIA DIGNA PARA TODOS. DESEJO, POR ISSO, ALÉM DE CUMPRIMENTAR A SEMATEC POR INICIAR, DE IMEDIATO, A PRÁTICA DA DEFESA AMBIENTAL, SOLICITAR À SECRETARIA QUE ESSE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADO PARA A RECICLAGEM DO LIXO SEJA ESTENDIDO A

01 FEV 1981

CL - 17
4/2

TODOS OS ESTUDANTES DO DISTRITO FEDERAL, EM TODOS OS NÍVEIS, PARA QUE SE COMECE, ASSIM, A CRIAR UMA NOVA MENTALIDADE, JUNTO A POPULAÇÃO, EM RELAÇÃO AOS PREJUÍZOS QUE A COMUNIDADE SOFRE COM O DESPERDÍCIO DAS COISAS QUE USA, NO DIA-A-DIA. EDUCAR PARA A RECICLAGEM E CONTRA O DESPERDÍCIO DEVERÁ SER UMA DAS ETAPAS DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, QUE ^{precisa} DEVERÁ ~~DD-~~ ESTENDER ^{em torno} ~~EM TORNO~~ TODAS AS ATITUDES ^{que devem} ~~QUE DEVEM~~ SER TOMADAS EM RELAÇÃO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA, ENVOLVENDO, POR EXEMPLO, O USO DA ÁGUA E DO SOLO, A QUALIDADE DO AR, E OUTROS ASPECTOS. ESTAMOS, NESTE SENTIDO, PREPARANDO PROJETO DE LEI, PARA APRESENTAR BREVEMENTE, INCLUINDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MATÉRIA OBRIGATÓRIA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES.

^{Sr. / p} SENHOR PRESIDENTE DA MESA, CAROS COLEGAS, DE SEJO, TAMBÉM NESTE MOMENTO, ^{V hipotecar} APRESENTAR MINHA SOLIDARIEDADE AO CARO COLEGA ^p PENIEL ^p PACHECO, EM RELAÇÃO A SUA PREOCUPAÇÃO COM A FALTA DE COLEGUISMO E DE SOLIDARIEDADE QUE TEM SE REGISTRADO INTERNAMENTE NA CÂMARA LEGISLATIVA, RESULTANDO EM PREJUÍZOS, NÃO SÓ, A IMAGEM DESTA CASA JUNTO A POPULAÇÃO, COMO, PRINCIPALMENTE, AO ANDAMENTO DOS TRABALHOS, QUE DEVEM ^{contribuir} ~~REPRESENTAR~~ «M A NOSSA PRIMEIRA PRIORIDADE, ^{antes o} ~~DEVIDO AO~~ VOTO DE CONFIANÇA QUE NOS FOI DEPOSITADO POR AQUELES QUE NOS ELEGERAM.

ENTENDO QUE O BOM RELACIONAMENTO DEVERÁ SER A BASE DA EFICIÊNCIA E DA AGILIZAÇÃO DOS NOSSO TRABALHO. ^{Nos} NOSSO PAPEL É IMPORTANTE, POIS SOMOS O PRIMEIRO GRUPO DE REPRESENTAÇÃO

01 FEV 1991

71-18

4/3

SENTANTES DA POPULAÇÃO; APÓS TRINTA ANOS DE ADMINISTRAÇÕES, SEM VOTO E SEM VOZ. PARA QUE A REPRESENTATIVIDADE, AGORA, REALMENTE FUNCIONE, DEVEMOS BUSCAR O CAMINHO DO ENTENDIMENTO E DA NEGOCIAÇÃO; POIS NÃO PODEMOS ESQUECER QUE, APESAR DE ~~TERMOS~~ ~~OS~~ ELEITOS POR VOTOS DE CAMADAS DIVERSAS E PARTIDOS DIFERENCIADOS, REPRESENTAMOS, TODOS JUNTOS, A COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL, E DEVEMOS VISAR ^{ao} BEM-ESTAR DA COLETIVIDADE, DA COMUNIDADE COMO UM TODO. ^{Eu} MUITO OBRIGADO, SR. PRESIDENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — ^{Concedo a palavra ao} ~~Convido o Sr.~~ Deputado Eurípedes Camargo. ^(Aurelio.) ~~para ocupar a tribuna desta Casa. (Pausa.)~~

~~O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy)~~ ^{Vi} Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Carvalho.

01-23-1997

CL-19

4/4

A SRA. ~~LÚCIA~~ CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.)

— Sr. Presidente, os nobres Deputados Eurípedes Camargo e

Wasny de Roure não estão presentes nesta Câmara Legislativa, por
que foram à CNA — sede da Cobal, onde estão sendo ameaçados de ^{que} demissão
quinhentos trabalhadores, ~~portanto eles~~ estão em assembléia permanente.
~~Gostaria de~~ Convidar outros Deputados desta Casa para ^{também} que se façam pre
^{ali} sentes. O local dessa assembléia é na saída do Parque Rogério Pithon,
sede da CNA, que incorporou a Cobal. [Muito obrigada, Sr. Presidente.]

EX-Andréa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Tem a ₁ (Palavra o nobre
Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) —
Sr. Presidente, colega Jorge Cauhy, estamos há vários dias, pratica-
mente desde o início dos nossos trabalhos, reclamando do funciona-
mento da Casa. É uma reclamação geral, ~~mas não é o que parece estar~~
colocada em termos bastante concretos. A tudo o que tem sido dito
aqui; quero somar a minha voz no sentido de enfatizar essa pre-
ocupação. Não haverá possibilidade de a nossa Casa ter um funcio-
namento normal — e a preocupação de vários colegas, inclusive do
companheiro Peniel Pacheco, é quanto a forma concreta como isto a-
feta a nossa imagem — se não começarmos a trabalhar de acordo com
a nossa finalidade, ² a finalidade da Câmara Legislativa é aprovar
projetos, iniciativas parlamentares, proposições que visam a servir
à nossa cidade, à nossa sociedade. Os nossos trabalhos estão emper-
rados porque não temos ainda um Regimento Interno.

Sabemos que a estruturação da Casa está a caminho, mas, ao
mesmo tempo, verificamos — e aí cabe uma reflexão de todos nós —
que estamos transformando esta tribuna numa espécie de circo de vai-
dades. Sr. Presidente, sabe V.Exa. que, alguns colegas, apresentaram
dois ou três projetos de lei por semana, e esses projetos vão entran-
do na fila. Ora, a nossa sociedade, a nossa cultura é pródiga em

01 FEV 1981

CC-21

5.2

leis apenas no papel, leis que não ^{são cumpridas,} ~~se aplicam~~, leis que não tem validade, leis que não "pegam", leis que morrem. Aparentemente, estamos querendo introduzir essa tradição cultural na mais nova Câmara Legislativa do País, na Capital da República. É claro que, se continuarmos a agir assim — e e por questões objetivas que sere-
mos julgados — ~~a~~ nossa imagem ficara comprometida. Reconheço que
~~uma~~ ^{1 a, 6} situação nova para cada um de nós, pois nunca nenhum dos De-
putados aqui presentes, nenhum dos, políticos eleitos para esta Ca-
sa teve a oportunidade do acesso diário à mídia, à imprensa em ge-
ral — e tudo o que falamos repercute na sociedade.

Evidentemente outros aspectos menores, fazem parte da
questão comportamental na relação entre as pessoas, e nosso comporta-
mento político acaba prevalecendo. Só estamos fazendo discursos,
apresentando projetos que não poderão tramitar, porque as Comissões
competentes não poderão elaborar pareceres. Enfim, começamos a apli-
car um método que é o pior em qualquer ^o parlamento, especialmente no
^o parlamento brasileiro: ~~✓~~ a votação de matérias sempre em regime de
urgência. Isto é o que existe de mais antidemocrático, ainda mais
quando ocorre de forma tão sistemática.

~~Então, Sr. Presidente, realmente~~ (Mota)

01 FEB 1991

CL-22

Data, 1.2.91
Orador. Carlos Alberto
Hora. 10h45m
Taq.Mota 1

6/1

Então, Sr. Presidente, temos ^{1 de} ~~que~~ elaborar o Regimento Interno ^F enfim, organizar a estrutura da nossa Casa ^V ~~e elaborar~~ a Lei Orgânica do Distrito Federal. Como já disse aqui ⁷ esta semana, ela será a Lei Magna de Brasília, ^Q Qualquer outra é secundária, só serve para marcar posição e para transformar esta tribuna em palanque para uma eleição que só ^{Virá/realizar-se} ~~será realizada~~ em 1994.

Estamos diante de um novo pacote, ~~um pacote~~ que guarda as mesmas características de sempre — uma inflação avassaladora, que não permite sejam os salários reajustados. De repente se congelam os preços e os salários, e, evidentemente, a parte perdedora nós sabemos qual é. Mas, ao mesmo tempo em que nos preocupa este novo pacote, ficamos ~~sempre~~ com esperanças renovadas. Afinal de contas, sempre esperamos que, ao final, alguma medida possa significar uma saída para essa situação.

É verdade que a opinião pública, nós, os ^P parlamentares, o cidadão brasileiro em geral, ficamos sempre divididos diante de uma nova medida governamental. B em ~~que pese toda a~~ ^{AL} ~~fossa~~ experiência, ~~que~~ nos diz que o trabalhã ⁷ é quem perde, ^V vemos agora mais uma vez ~~con~~firmar-se que será ele que ^m perderá com esse pacote, porque não há, no modelo neoliberalista, forma de fazer com que o trabalhador ganhe em alguma medida. Mas também nos fica sempre essa esperança de que ~~alg~~ ^{on} ~~uma coisa~~ vá mudar, exatamente porque estamos observando a situação de

uma visão governamental. [Sr. Presidente, futuro assunto: trago hoje à atenção do Plenário: uma excelente entrevista, uma extraordinária entrevista de Raimundo Faoro, sob o título "O Governo da ineficiência." Solicito seja a matéria inserida nos fls. da Casa.

A propósito, devo lembrar que Raimundo Faoro se diz ~~uma~~ ~~pessimista~~ pessimista, e não quer que o reconheçam como otimista. Diz ele na entrevista: "A perspectiva desse Governo que se inicia, o Governo Collor, não vai muito além de um Sarney, ou será o Sarney que deu certo ou o Sarney que deu mais errado". [Isso ele dizia no início de 1990. Espero até que ele esteja errado, mas, infelizmente, parece que a realidade está comprovando o contrário.] Muito obrigado, Sr. Presidente.

01 FEV 1991

6/3

- Documento a que se refere o orador em seu discurso.

ISTOÉ
SENHOR

Carlos Alberto - 10/7/91

ENTREVISTA

O governo da ineficiência

Para Raymundo Faoro, os maus resultados obtidos por Collor estão tirando a legitimidade das urnas

EQUIPE ISTOÉ SENHOR

No início de cada ano, o historiador e jurista Raymundo Faoro lança suas luzes em direção ao **tabuleiro da política nacional** e extrai **previsões** sobre o que os meses seguintes podem reservar ao cidadão brasileiro. Faoro certamente não tem **pretensões** a oráculo, mas os leitores de suas **tradicionais e aguardadas entrevistas a Istoé Senhor**, publicadas **anualmente** desde 1985, puderam constatar o acerto da **maioria de suas profecias**. Observador atento e **crítico** do velho jogo da conciliação das elites que se pratica no Brasil desde sempre, Faoro **teria preferido** errar muito, mas não costuma **ludir-se**. Aos que tinham **esperanças de que a entronização** do primeiro presidente **escolhido pelo** voto direto em 30 anos poderia romper com **essa** tradição, ele advertia em sua última **entrevista**: "A perspectiva desse governo não **val** muito além de um **Sarney**. Ou será um Sarney que deu certo ou um Sarney que deu **mais errado**."

Na mesma ocasião, Faoro analisava qual o significado de um governo **bem-sucedido** segundo a ótica de Collor: "Um governo sem **distribuição de renda**, sem alteração da estrutura **social do País**, mantendo essa **passividade** partidária,

01 FEV 1991

FEV 1991

CL-25

6/4

mas com **inflação menor**, com o Estado melhor dimensionado, com a tutela militar mais discreta." A inflação baixou de *Início* mas já voltou **aos** níveis em que estava até quase o fim do governo **Sarney**. Em caso de **fracasso**, previu Faoro, **restaria a Col-lor falar** diretamente **às** massas, apelando para "um **cesarismo** caricato que é muito brasileiro". Numa perspectiva **histórica**, Isso poderia apontar para um paralelo com o **Getúlio Vargas** de 35 ou, no **caso** de o presidente conseguir **sólido apoio militar**, com 37. Neste 91, Faoro constata que a **se-gunda alternativa** é menos **provável**, por-que a direita **brasileira** já não parece sedu-zida pelo discurso golpista: "Se não há a obediência à **lei**, pelo menos defende-se a idéia de que o **Estado** precisa de Direito."

A lupa de Faoro procura esmiuçar a es-querda brasileira com o **mesmo olhar crí-tico**. Em 90, **ele** calculou que o PT e o PDT ampliariam suas bancadas **legis-**

lativas, mas **difícil-mente conseguiriam** conquistar governos **estaduais** na mesma proporção dos **votos** de **Lula** na eleição presidencial. Especi-ficamente sobre o PT, via como **pro-blema crucial** o **esta-belecimento da de-mocracia como valor universal**, não apenas retórico, o que Impli-caria renegar o dis-curso de que as liber-dades **individuais são** apenas burguesas. Em **outras palavras**, o partido deveria abrir-se para a dis-cussão **sobre** o socia-lismo real **travada** em todo o mundo. A julgar pelo que Faoro **diz** na entre-vista deste ano, isso ocorreu em apenas alguns setores do PT: o antagonismo Ideológico entre suas correntes internas es-taria paralisando o PT, enquanto **seu** co-mando nacional não consegue Impor uma

liderança e uma Unha de ação. Mas a situação do PT não seria muito pior do que a de outros partidos de oposição ao governo federal. Segundo Faoro, a esquerda brasileira perdeu suas bandeiras tradicionais e não encontrou outras para substituí-las.

P - Este governo Collor sofre que tipo de problemas?

R - O governo tem um problema prematuro: em menos de um ano, a avaliação que se pode fazer é de uma viabilidade difícil dentro do esquema de poder que está armado. É uma viabilidade que diz respeito ao plano a que se propôs - que é um plano de objetivos mas não de meios, e que de meios se serve de qualquer coisa -, e também envolve os mitos que esse governo criou, modernização e outras coisas. Assim, o governo está se tornando inviável na montagem do seu dia-a-dia, e também não está sendo viável no apoio popular e político para seus planos, objetivos e mitos.

P - Mas o governo parece ler certeza que tem o apoio popular. Há, inclusive, o Ibope, que sempre se prontifica a fornecer dados destinados a mostrar esse apoio,

R - É, tem uma faixa de respostas dos entrevistados do Ibope, a chamada faixa regular, que serve para tudo. Quem não gosta do governo pode achar que regular é péssimo e quem gosta pode achar que regular é ótimo. Tem a faixa da indefinição que serve para todos os cálculos. Evidentemente o governo não é o que pensa ser. Não é um governo carismático, embora gostasse de ser. B eu acho que essa é a co-

Este governo não é carismático mas sofre uma coceira bonapartista

ceira que sofre esse tipo de governo, uma coceira bonapartista de querer mobilizar certos setores não organizados da sociedade, chamados de descamisados, para formar a sua platéia. Eu acho que aí é que está inclusive o perigo de uma eventual aventura para um governo sem apoios em setores organizados, sem apoios em partidos, entidades de classe, sindicatos - os chamados órgãos da sociedade civil - e sem apoio popular e que então vai buscar um suposto apoio popular de setores não organizados da sociedade.

P - Há um ano, na sua análise anterior à posse de Collor, o sr. falava da possibilidade de esse governo modernizar a direita brasileira. O sr. diria hoje a mesma coisa?

01 FEV 1991

27/ ~~11~~ 6/6

R - Eu ainda mantenho isso, ao **menos** em parte, O que é que a **direita**, há dois anos, pensava quando havia uma **dificuldade de governabilidade**? Pensava em ato institucional, em golpe de Estado, qualquer coisa por aí. **Hoje** talvez pense a mesma **coisa**, **mas** o discurso é outro. Se não há a **obediência** à lei, pelo menos **defende-se** a idéia de que o **Estado precisa de Direito**.

P - *Mas não falta quem pretenda antecipar a reforma constitucional.*

R - Mas a reforma **constitucional** é formalmente uma maneira **legal** de alterar a ordem jurídica.

P - *Agora, a proposta de antecipação, a rigor, não é só de setores conservadores. O PSDB também propõe.*

R - É uma coisa curiosa, porque está **prevista** a revisão cinco anos depois da **Constituição**, em 93. Mas vamos fazer um parêntese para distinguir entre revisão e emenda. O que começou a se propor, como **balão-de-ensaio**, foi emenda. Agora já se **fala** em revisão, quer dizer, em antecipar aquela revisão de 93 que teria de ser precedida, conforme a Constituição, **embora** em artigo diferente, por um plebiscito. Então se fala em antecipação, mas **nao** no plebiscito, o que não deixa de ser estranho. É um detalhe talvez relevante, que mostra que alguma coisa está em jogo, mais do que a reforma. Obviamente, quando o governo fala em reforma não será para diminuir poderes do presidente da República, nem para diminuir a competência da União.

P - *Será para acabar com a inflação?*

R - Acabar com a inflação com esse tipo de reformas **significa quase um golpe**. Dispensar o funcionalismo, extinguir empresas fora do **molde jurídico**, quer dizer, **ai** não se trata de uma reforma constitucional, é um projeto de ditadura.

P - O sr, **disse** que mantém somente em parte as suas previsões de modernização da direita **brasileira**. Somente em parte por **quê**?

R - A direita está constrangida a ficar dentro da lei. **Agora**, o que eu imaginava não aconteceu; é que a direita fosse para o centro. A direita **Collor** continua uma direita cada vez mais definida como direita, o que também leva a suspeitar que ela se mantém próxima dos métodos **antigos**, os **métodos** tradicionais da direita.

P - *O que é esse centro, no Brasil?*

R - O que havia no tempo da ditadura **militar**? Havia duas coligações, uma contra e uma a favor. Nós éramos bons e eles maus, e reciprocamente. Havia uma polarização, não havia a possibilidade da **intermediação** dos extremos ou da intermediação das **demandas** políticas. O centro é que faz **essa** intermediação entre setores utópicos e setores **anacrônicos**, ambos muito atuantes na sociedade.

P - *O centro no Brasil não está muito à di-*

reita?

R - O centro vai à direita ou vai à esquerda. O problema é grave quando o centro ~~deixa~~ de ser centro e passa a ser centão, e à direita, ou quando deixa de ser centro e vai para a esquerda, quer dizer, quando volta a polarização. Se o governo Collor ~~apresentasse um esquema~~ aceitável para a sociedade, ~~provavelmente~~ o centro já seria uma realidade hoje. A última eleição mostrou um eleitorado ansioso por

Fazer reforma constitucional para acabar com a inflação é golpe

soluções de centro. Ele ~~desprezou~~ a esquerda, que foi a que teve uma vitória moral no segundo turno da eleição de 89. Diga-se que o resultado final foi ~~anômalo~~, porque obviamente a eleição estava definida para o Lula. Eu acho que entraram fatores anormais de última hora. Entrou uma inundação de dinheiro, entrou um dilúvio de propaganda e não faltou sequer a torpeza, que tirou deste governo a possibilidade de um crédito de confiança, no momento em que ele tomou posse manchado ou ~~tisnado~~ com processos ilegítimos, indignos ou [morais].

P - O pecado original.

R - É um pecado original e esse parece que nem o batismo lava, ou não tem conseguido lavar até aqui, quer dizer, deixou um ressentimento na sociedade.

P - Se o governo conseguisse levar adiante um plano aceitável, tanto nos fins quanto nos meios, a sociedade poderia talvez (er tido) uma posição diferente, apesar do pecado original.

R - Poderia. Mas o governo, de saída, cometeu uma agressão constitucional, e com isso mostrou algo mais grave do que a própria agressão, mostrou como constitucionalmente o País está desarmado diante de golpes dessa magnitude.

P - Esse governo, fora do Parlamento, pretende ter o apoio dos descamisados. Quer dizer, aposta no fisiologismo Congresso.

R - Existe uma oferta para o Congresso, para o clientelismo do Congresso. Se o governo acabar com o funcionalismo profissional terminando com a estabilidade - que é no Brasil, tradicionalmente, a forma de manter a pessoa no emprego enquanto bem servir -, ele fará a sua maior oferta de clientelismo, de 200, 300 mil cargos, para dividir com SOO congressistas.

P - *Estarla na verdade dourando a pílula, que é o desejo defazer determinadas reformas na Constituição?*

R - É uma maneira de liquidar com a possibilidade de uma reação. Isto é o máximo de civilização que se pode admitir na direito. Antigamente ela usava a violência, hoje ela usa a corrupção. O progresso que ela fez é esse.

P - *Atrás do Jogo de cena da reforma estaria a questão da reeleição?*

R - É bem possível que esse delírio freqüente a cabeça do presidente Collor, e provavelmente não passaria só pela cabeça dele. É muito difícil o presidente da República, no dia em que assume a faixa, não pensar no outro período. Agora, vejamos como há risco nessa reforma constitucional. Eu já vi esta cena representada antes. Onde começaram as dificuldades graves para o governo Vargas? Foi quando Danton Coelho e outros começaram a lançar a campanha "Libertemos Vargas", "Libertemos Getulio". Quando vieram as dificuldades graves para o governo Goulart? Foi com a proposta de reforma constitucional que se pretendia fazer, ou na legalidade ou "na marra". E qual foi a dificuldade grave que resultou na renúncia do Janto? Foi o momento em que ele pediu poderes de emergência, ou insinuou poderes de emergência, baseado em uma sugestão antiga de Carlos Lacerda. Então esta é uma pedra em que Collor pode tropeçar.

P - *O ir, acha que a Constituição tem de ser mexida?*

R - No sentido exatamente oposto àquele que quer o governo, O que nós temos visto é que as violências ou ilegalidades ou inconstitucionalidades foram prati-

A direita, que antes usava a violência, agora usa a corrupção

çadas com as medidas provisórias. Esta é a coisa que teria de ser reformada.

P - *Mas isso uma emenda faz.*

R - Faz, mas teríamos aí uma emenda de confronto de poder contra poder e o que a gente tem visto é que o Congresso não tem nenhuma disposição e nenhum meio de se organizar para alterar essa Constituição elevando os seus poderes.

P - *Isto significa que o governo não sofre maiores riscos, ainda que tenha um plano inviolável?*

R - Bem, a ineficiência deslegitima qualquer governo e este é um governo que ca-

minha para a ineficiência. A *ineficiência* nos *seus* objetivos e a *ineficiência* como governo nacional. A *legitimação* ou *deslegitimação* *vem* daí. Agora, deve-se dizer que contra os *abusos* da Presidência a *Constituição* só tem *soluções* teóricas, não tem *soluções* práticas. Não existe solução constitucional. *Existiriam eventualmente* soluções institucionais, como *acontece*, por exemplo, nos *Estados* Unidos. Quando o *presidente* é *fraco*, ou *vacila*, o Congresso cresce. Verifica-se o chamado "*congressismo*", *que* é o adiado de um *cientista político* que depois foi presidente da República, *Wilson*. Ele era *professor* de *Direito* e *Ciência Política* e *observou*: no momento em que o presidente se *enfraquece*, o Congresso cresce. A nossa experiência mostra coisa diferente, e também é uma saída institucional e não *constitucional*, *que* é o crescimento dos governadores. *Não* de todos os governadores, daqueles governadores *que*, como dizia o dr. Borges de *Medeiros*, levam seus Estados "per se", Nós vimos isso na crise de 61. Os governadores, liderados por um, conseguiram evitar *provavelmente* um golpe de Estado, *até* no caso uma vacância de poder. Vimos em 64 os governadores atuarem também na dificuldade do presidente, *infelizmente para* o lado errado. *Fo-*ram os governadores *que* *abriram* o caminho para o golpe de 64. E nós vimos essa fórmula falhar depois com o golpe dos cinco anos a Sarney, um presente dos governadores. Se eles *deram*, poderiam deixar de dar também,

P - *Curiosamente sem o apoio de Collor, então governador do Estado de Alagoas.*

R - Pois é, hoje deve estar agradecidíssimo a esses ex-colegas.

P - *Agora, quais governadores da safra nova podem agigantar-se no contexto?*

R - Eu não sei quais os governadores, eu sei quais os Estados. Eu acho que o Estado de *São Paulo*, evidentemente se quiser pode ter voz, é um *Estado* que preenche aquele requisito do dr. Borges *Medeiros*, é um *Estado* "per se". O Rio de Janeiro pode também, dada a *liderança* que *conquistou*. *Minas Gerais* deve também ter essa *possibilidade*, e o governador do Rio Grande do Sul, se não *tiver* bastante *equilíbrio*, *também pode achar* que está nesse time. O de Pernambuco, provavelmente, *se não tiver* o *juízo* perfeito, pode *imaginar*, o da Bahia também. São as *pirâmides*.

P - *E os partidos? Digamos, o PT, que refluíu nas últimas eleições. Que papel pode desempenhar neste momento?*

R - O PT atravessa um eclipse, provocado pelas *dificuldades internas*, que são imensas, aquela guerra de *grupos* que imobilizam a direção do partido e *paralisam* qualquer liderança. Eu acho que é o

Ó! FEV 1991

CL - W ^{1/}

6/10

problema **mais** grave do PT. E em segundo **lugar**, em consequência **disso**, ele não conseguiu organizar a oposição. O que **se** está notando é que a oposição vai para o centro, para um centro-esquerda, com o **Brizola**, com os **tucanos**, com um setor do PMDB. Já o PT fica num limbo **utópico**. Pode ressurgir em uma grande crise e pode não **ressurgir** mais, também, P - *Que acha da **idéia** do governo paralelo do PT?*

O PT atravessa um eclipse, a guerra de grupelhos paralisa sua direção

R - Sempre existe um governo paralelo quando há oposição. Não é uma **fição parlamentarista**. No governo **Sarney**, existia um governo **paralelo**. Quem diria que o governador de São Paulo não era um governo **paralelo**? Agora, o **governo paralelo** não **está** tendo apoio **porque** ele é frágil como expressão popular.

P - *Resumindo, o governo **está** sendo deslegitimado por sua própria **ineficiência**, mas nem por isso corre maiores riscos de **sobrevivência**.*

R - Você não tem um Congresso capaz de um **impeachment**, **você não** tem um Supremo Tribunal capaz de reconhecer ou de evitar que o governo use de **artifícios** para que **não** se chegue ao impeachment. Ou seja, não se tem aqui uma **solução** civil, como a Constituição americana tem. Os meios institucionais de que nós falamos, de crescimento do Congresso ou dos governadores, **também** são duvidosos. Enfim, sobra sempre a velha hipótese, o **golpe militar**. Agora, o **golpe militar**, como **substituição** de poder, é pouco crível hoje em dia. O modelo 64 é muito improvável, quase **impossível** que se **repita**. Sobre o modelo interventivo, Infelizmente acho que essa possibilidade há. Essa fronteira entre grupo de pressão e intervenção militar é muito **frágil**, é muito tênue na vida **política** brasileira. Então, **essa** possibilidade existe, como existiu, por exemplo, **para os cinco anos** do Sarney. **Recentemente**, o ministro da Justiça de Sarney, à **época**, Paulo Brossard, contou a reunião que teve no **ministério**. Chamou os líderes **partidários** e disse: o Sarney não aceita os quatro anos e não vai para o Supremo. Então o **ministro da Justiça atual** **Jarbas Passarinho**, à época líder do PDS, explica **agora: bem**, frente a uma ameaça **institucional**, eu cedi. O que, **aliás**, é muito **carac-**

Ô 1 FEV 1991

CL - 3

6/11

terístico das elites nacionais. Diante de um tiro de festim o sujeito adere antes que haja um tiro de verdade, Houve, nesse período do Sarney, um golpe militar, cuja fronteira é sempre muito indefinida. Eu acho que a ameaça de solução militar conforme o modelo interventivo não está afastada, mesmo porque essa corte que o chefe de governo faz aos militares não deve ser por amor à farda, nem para consolá-los das dificuldades financeiras. Então pode ser até que a proposta da reforma constitucional ou emenda acabe sendo acompanhada de uma pressão militar.

P - A pressão se daria necessariamente a favor do presidente Collor?

R - Se a reforma é do Collor, pode ser a favor do Collor. Pode ser contra também, se a situação piorar e houver uma imobilização do Congresso e dos governadores.

P - A favor de Collor significa pressão militar no sentido de conferir ao presidente maiores poderes,

R - Maiores poderes, sim. É um plano tipo Jânio Quadros, o plano frustrado dele. Poderes de emergência ou como quer que se chame.

P - E contra Collor?

R - Fazendo o que se fez já uma vez, criando-se um impeachment à brasileira. Forçando o Congresso a declarar o Impeachment fora do figurino constitucional, porque dentro do figurino constitucional não há condição.

P - Nesse capítulo das relações com os militares, uma observação factual: o Collor foi o primeiro presidente a não comparecer à cerimônia da Praia Vermelha comemorativa da chamada Intentona Comunista, em novembro passado.

Sem a bandeira do anticomunismo, os militares vivem uma crise de identidade

R - Esse aspecto é muito significativo, não pela ausência de Collor à cerimônia. É que o mundo realmente mudou, não tem mais sentido o anticomunismo. Provavelmente essa cerimônia deve até constranger as Forças Armadas, que estão à procura de outras bandeiras, ou outra ideologia, ou outros objetivos.

P - O inimigo é outro?

R - O inimigo morreu, mas a crítica historiográfica a 35 tem sido, ultimamente, muito vigorosa. Não sobrou pedra sobre pedra. A tal Intentona, e outras tolices mais, é gente morta dormindo e uma série de mi-

O] FEV 1991

CL-3

3/

6/12

tos que **se** inventaram. Este, talvez, seja um elemento de falta de coesão entre eles. Eles **não** têm **mais** essa bandeira anti-comunista, a direita **não** tem, também. Então, como **justificar** seu papel? O **papel** profissional, evidentemente **esse** continua e eles o terão sempre. Mas onde **está** o papel) **político**?

P - É previsto **constitucionalmente**, eles são os tutores das **instituições**.

R - Os **militares** têm um papel **profissional** muito Interessante a cumprir e às vezes desempenharam muito bem esse papel. Mas algo **leva-me** a ser quase obsessivo contra a presença militar. É que sempre que existe uma indagação sobre o papel **político** dos **militares**, a base democrática do País, que é a soberania **popular**, **fica** em risco. Então o apelo é dirigido fora da soberania popular, que é uma maneira de equacionar as coisas **antidemocraticamente**.

P - Eles dirão que isso é **paranóia** dos civis.

R - Eles se acham responsáveis pelo País, pela vida **política**, quando não são. O **responsável** pela vida política é o povo brasileiro, é o cidadão. Fundamental seria tornar os **políticos** responsáveis. No momento em que os **políticos** não podem apelar mais para as Forças Armadas, eles têm de apelar para si próprios. Quer dizer, caberia aos próprios políticos achar a **solução**. Este é, em todo caso, um momento de grande **indefinição**, donde a sua gravidade. É o momento em que as Forças Armadas estão sofrendo uma crise de identidade. Elas se **imantaram** no anticomunismo e o anticomunismo deixou de ser bandeira. Agora têm de achar o papel delas antes de atuar politicamente e se não **há** possibilidade de atuação é porque não acharam o papel. Os militares não sabem se vão ser profissionais, se vão **preparar-se** para a guerra, se vão preparar-se para combater o PT, se prendem o Lula ou o **Maluf**. Eles não sabem o que as Forças Armadas são, hoje. É realmente uma crise grave para eles.

P - Qual seria o **estopim** de um movimento militar **intervencionista**? A favor ou contra **Collor**, o que o precipitaria?

R - Se eles **fossem** chamados, poderiam chegar a reprimir movimentos populares, saques **etc**. Por **esta** via eles passariam de repressores a **formuladores** da política.

P - Na **entrevista** de um ano **atrás** nós abordamos a questão do ocaso do comunismo no Leste europeu e agora pouco **falamos** do assunto.

R - Acho que, talvez desde o Tratado de Viena, o mundo não tem um **império** único. Nós estamos dentro de uma ordem mundial impensável há dois anos, a ordem de um **império** único, o que traz uma reformulação de todas as políticas internas,

61 FEV 1991

CL. 34

6/13

inclusive a **política militar**, a **política industrial**, as **políticas** de relações **sociais**. Um **historiador** que teve muito **sucesso** e depois deixou de ter, Arnold Toynbee, **falou** do comportamento **do** mundo **diante** de um império único. **Ele dizia:** há um momento em que a minoria, que ele chamava de **criadora**, **íman**ta toda a **periferia** e a **periferia** procura **imitar** Roma, procura ser um cidadão romano, mesmo **longe** das margens do Tibre. No momento em que

Voltamos à ordem do império único.

Devemos reestudar o Império Romano

essa minoria criadora deixa de ser criadora e passa a ser uma **minoría** dominante, **ela** sofre dois **desafios**, um do seu **proletariado** interno, outro do seu proletariado externo, Esse império único começou a sofrer o **desafio** do proletariado externo. **Quando** você tem um movimento tipo muçulmano, xiita ou iraquiano, **trata-se** de um **desafio** do proletariado externo, talvez menos **eficiente** do que aquele que estava atrás do Danúbio no Império Romano, ou **atrás** do **Eufartes**. E há também o proletariado **interno**, no **qual** nós estamos **incluídos**. O proletariado interno não é o pobre nem o nascido sem nobreza, ou o nascido não romano, **É** aquele que tinha uma situação e a perdeu com a instalação do **império** único. O nosso **raciocínio** tem de ser montado a partir da idéia de que o império **único** realiza sua primeira ação importante no **Golfo Pérsico**. Eu não me lembro de nada parecido. O império resolve fazer, e faz, e leva o mundo todo ou ao **silêncio** ou à **colaboração**.

P - A guerra no **Golfo Pérsico** não **põe** em xeque o império único?

R - **Não** põe em xeque, Mostra que esse império único é **desafiável**. A Inglaterra, depois do Tratado de Viena, vencido **Napoleão**, **passou** a ser um império único. Não quer dizer que não tenha **sido** contestada. Foi, na Ásia, na **África**, foi contestada em muitos lugares. Acontece que ela tinha um poder **tal** que a contestação era ineficiente. Foi preciso **chegar** à Segunda **Guerra** para que e/a perdesse **definitivamente** essa posição de império **único**. Então a Terra se dividiu. Agora voltamos ao império único, temos uma equação **diferente**. **Talvez** a **gente** tenha de voltar a estudar o **Império** Romano, como é que foram as coisas **naquele** período,

P - **Voltando ao Brasil:** **consta** que o sr.

01 FEV 1991

CL-30 51

6/14

presente a **chegada** de uma revolução mística.

R - Você vê Nossa Senhora aparecendo em toda **parte**, gente **rezando** ai à vontade. E «s orixás andam soltos por aí.

P - **Dona Zélia** invoca **Iemanjá**.

R - **Essa** chamada **modernização**, que é um **modelo passivo** de submissão da população, é ela no momento que quer **acertar** o passo do Terceiro Mundo pelo do **Primeiro**, importa produtos acabados, Esta é a **modernização** nossa, da importação. **Não** da tecnologia, nem da **formação** de cientistas. Ela se aproxima muito pouco do **pombalismo**, do Marquês de Pombal, o estadista português que começou **importando** professores. A nossa traz o produto acabado, É o oposto de uma **modernização** do tipo japonês, ou do tipo **alemão**. São as duas **únicas**, **talvez**, que tenham sido vitoriosas como modernizações. As **outras** foram movimentos passivos e assim mesmo com seqüelas terríveis. Então esse **tipo** de **modernização** do gênero que parece se pretender por aqui, hoje, se faz **acompanhar** de uma franja de mito e **uma franja** ideológica supersticiosa que às vezes vicia todo o **processo** para **achar** que isto é o melhor, que aquilo é indiscutível, quando modernizações, como a do Japão e a da Alemanha se **deram**, e se deram pela via de seus intelectuais ou de seus técnicos, que vieram de fora ou foram estudar **fora**, elas se deram sempre na base do **ceticismo**, que é o começo de toda **sabedoria**, e não deste **dogmatismo** místico que **está** aí. Eu acho que essa modernização pretendida no **Brasil** é tão mitica como o sonho daquelas tribos africanas que **cultivavam** o mito de que ia chover dinheiro e então destelharam **as** casas. Nós estamos mais ou menos na Linha de **outra** tribo **africana**, que achava

Nossos sonhos de modernização se parecem com os de uma tribo africana

que os mortos iam **voltar**, donde pavimentou a **estrada** do **cemitério**. Esse lado mítico, essa maneira de pensar pouco racional e mais **mágica**, é talvez capaz de explicar **fenômenos** que a gente **está assistindo**. O País dá a **impressão** de ter enlouquecido ou ter ficado devoto de uma hora para outra. Ou **várias** coisas ao mesmo tempo. Quer dizer, o Padre **Cícero** voltando **triunfalmente**, o Antônio Conselheiro carregado pelo São Sebastião.

P - Isso prova o que, basicamente? Que

21 FEV 1991

CL J 136/ 6/15

estamos esperando provavelmente uma intervenção divina?

R - Esse tipo de modernização passiva **apela** para a **intervenção** divina, no momento em que apela para o mito, para o milagre, para a magia,

P - Mas o **anseio de modernização, em si, é legítimo.**

R - Acho que a modernização pretendida por Cotlor é a **integração** ao mundo. Seria um programa teoricamente **aceitável, os meios é que são absurdos.**

P - Na **prática, a que** vemos é um plano de **combate à inflação, e ponto.**

R - Combate à **inflação** inclusive com o desmantelamento de toda a economia nacional havida como **artificial.**

P - O **grande problema do Brasil não seriam as bolsas de estudo?**

R - Eu sempre **sustentei** isso, que o risco é **proporcionado** por aqueles **que** vão **aprender** nos **Estados Unidos** com professores **entediados**. As **piadas** que eles ouvem lá transformam em dogmas aqui. Então dá isso que está se vendo aí. **Mancebos e mancebas** aplicando as coisas como se estivessem descobrindo a ciência, quando os **professores** deles, lá **fora**, estão cheios de **dúvidas**, às vezes não acreditam em nada daquilo.

P - E dona **Zélia** pode perder seu posto?

R - **Pelos** meus **cálculos**, ela já está fora do governo. Ou se não estiver fora do governo, **ela** tira o governo daí. Ou é um, ou é outro.

P - O que **significaria** a saída da **ministra Zélia?**

R - **Provavelmente** uma **política** mais realista, sem essa ênfase dogmática ao combate à inflação, na qual se leve em conta também o desenvolvimento do País e a **possibilidade** de que a recessão pode ser **inaceitável** ou **indigerível** para o povo brasileiro.

P - Isso **não** conduziria a **uma** melhora da situação do governo Cotlor?

R - Seria uma melhora, pelo menos temporária. Mas qualquer que seja o desenvolvimento da situação, temos de **considerar** que a capacidade de sobrevivência dos grupos dirigentes no **Brasil** é realmente inesgotável. De resto, estamos **entrando** mesmo em um **período** de recessão. É provável também **que os novos** governadores tenham um acerto qualquer com o governo, e isso também adia soluções e **desfechos.**

P - Nesse caminho, que País **será este** na virada do século?

R - Eu sempre ouço **dizer** que se houver alguma coisa aqui os Estados Unidos não deixam, mas **pode** ser que na **virada** do século a gente **seja** uma espécie de Somália. Na Somália está havendo guerra civil, golpe.

P - É impressionante como a oposição, no Brasil, está inerte, A luta **anti-recessão** é a

O1 FEV 1991

CL-37 6/16

única bandeira das forças que se opõem ao governo.

R - É uma reflexão que a gente tem de fazer. Eu acho que o **fenômeno** mundial desorganizou todos os esquemas mentais e **políticos**. A gente estava preparado para pensar com um lado e com outro lado e não é mais assim. Saiu da **mão** da **oposição**, da eventual oposição, a bandeira das reivindicações de conteúdo socialista.

P - Por que a oposição no **Brasil** se mostra incapaz de defender a idéia de **que** os

Ou o governo tira a Zéila, ou ela tira o governo. É um ou outro

*avanços do capitalismo se deram em função das pressões **sociais**? Quer **dizer**, o capitalismo chegou ao seu **estágio atual**, na **Europa sobretudo**, porque, de alguma maneira, ele se tornou socialista.*

R - Nós **somos incapazes** de entender **que** a democracia ultrapassou o liberalismo. Nós estamos lutando aqui por bandeiras liberais completamente **velhas**. **Cumprir** a Constituição. Controle de constitucionalidade. Supremo funcionando. Congresso atuando. Ainda estamos discutindo **Montesquieu**, **divisão dos poderes**. **Agora**, evidentemente, o socialismo deixou de **galvanizar**, mas o problema que o **socialismo** queria enfrentar está aí, e se agravou. **Então**, teoricamente, nós **deveríamos** ter uma esquerda **mais** vigorosa **agora** do que em 89, quando se disputou o segundo **turno** da eleição presidencial. Porque a faixa de cidadãos que têm dificuldade de **emprego**, até de comer, essa aumentou drasticamente. Sim, teoricamente a oposição **deveria** ter aumentado. Agora, a oposição também **nao** sabe o que **fazer**.

P - Por incapacidade? Por falta de clareza?

R - Por falta de clareza. Porque vivemos em torno do que acontece lá fora- Pais periférico é isso mesmo. É como no Leste europeu, viviam em função de Moscou. Aqui nós vivemos em **função** do mundo. Nós não **somos egocêntricos**.

P - Somos **altruístas**.

R - Fazemos parte do ego do outro.

P - Então, só nos **resta** o pessimismo?

R - Acho que ser **otimista** aqui é uma tremenda irresponsabilidade, uma maneira de achar que essa miséria está muito bem, que os dirigentes são esclarecidos, **iluminados**. Quer **dizer**, é uma forma de conformismo que tem alguma coisa de **canalha**●

01 FEV 1964

6747

O SR. PRESIDENTE (Jorne Cauhy.) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O Sr. Agnelo Queiroz, (PC do B. ^Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome do PC do B., ~~gostaria~~ ^{tf/} de manifestar inicialmente uma primeira impressão sobre esse pacote - mais uma medida provisória que deixa toda afilação brasileira pasma e que segue um curso já conhecido da nossa população. Obviamente, uma medida ^{importância} ~~de tamanha~~ merece análise minuciosa, o que nós, do ponto de vista partidário, faremos em um prazo muito breve. Por enquanto, posso dizer que essa medida provisória ~~pela~~ mais um arrocho salarial de grande magnitude na vida dos trabalhadores brasileiros. Hoje o salário está extremamente defasado, ¹⁰ congelamento pela média dos últimos 12 meses ^a um ~~plano~~ período de recessão, aprofundando de forma brutal o arrocho salarial neste País. É fácil instituir a livre negociação com um salário extremamente arrochado e num período de recessão, com milhões de brasileiros desempregados. E quando os trabalhadores aparecem nas portas de fábricas também é fácil colocar o Exército no lugar deles.

~~Por outro lado~~

01 FEV 1991

CL - ~~39~~
39

Taq. Iara

7.1

Hora 10 h50

data 1.02.91

Orador Agneio Queiroz (cont.)

Por outro lado, os aumentos estrondosos dos preços em geral, combustíveis, tarifas públicas, luz, água etc., sem dúvida vão levar a uma diminuição do consumo no mercado interno, aprofundando ainda mais a recessão. Essa é a lógica natural; mas, infelizmente, a propaganda do Governo proclama que seria justamente o contrário.

Agora é o caso de se perguntar qual o tratamento dado pela medida governamental ao capital estrangeiro. O Governo deixou de pagar a dívida externa? Houve alguma medida nesse sentido? Nenhuma. Pelo contrário, o tratamento dado ao capital estrangeiro nesse pacote é no sentido de garantir ou abrir mais ainda as importações. É justamente a proposta dos Estados Unidos, levada ao GATT. ^o que está inserido nessa proposta, inclusive, visa a garantir o aumento do índice de nacionalização de 15% para 30%, visa a diminuir os impostos, * diminuir a competitividade, propiciando a desnacionalização da nossa indústria e facilitando enormemente a entrada do capital estrangeiro no País, não de forma a produzir, gerar emprego, mas sim ^{da} despoliar mais ainda e explorar os nossos trabalhadores.

Sr. Presidente, tenho certeza de que os segmentos organizados

011 FEV 1991

CL - 7.2 40

da sociedade, especialmente do movimento sindical, não ficarão calados diante de mais essa ofensiva contra o nosso povo, contra os trabalhadores brasileiros. Sem dúvida, ~~nenhuma~~ os trabalhadores ^{darão} ~~vão dar uma~~ resposta a esse plano de arrocho, nunca visto na nossa História. ^e Seguramente estão criadas as condições para a greve geral neste País. É a única forma de os trabalhadores se unirem contra esse plano que garante a recessão, a desnacionalização da indústria, a internacionalização da economia e prejuízos graves par a nossa população. Acho que esse e, sem dúvida, ~~nenhuma~~, o conteúdo mais forte dessa medida e o que deve ser repudiado por todos nós.

Era nome do PC do B, trago inicialmente essa primeira impressão, mas na segunda-feira, através de uma análise mais minuciosa, pretendo expor aqui uma posição mais definida sobre o assunto.

Sr. Presidente, tomei conhecimento, pelo o jornal "Folha de S. Paulo", da denúncia de uma concorrência fraudulenta no Distrito Federal. Trata-se da licitação para a contratação de uma empresa de publicidade. Acho que o Governo começa mal. Essa é a tática do Governo Collor, que contratou sem concorrência a empresa de publicidade ^{encarregada de} ~~que fez~~ sua campanha. Isso foi denunciado publicamente. Acho que esta Casa merece uma explicação por parte do Governo do Distrito Federal.

Agora temos uma Câmara Legislativa no Distrito Federal, e a

01 FEV 1981

CL- 7.3 41

bandalheira acabou. Fazer esse tipo de licitação sem o aval desta Casa é muito perigoso. Não quero afirmar aqui que ^ocorreu alguma irregularidade, mas existe uma denúncia, pois o jornal anunciou com antecedência que ^o ganharia a concorrência. Por isso, encaminho ao Sr. Presidente um pedido de explicações, que a Câmara Legislativa merereceber. Depois disso, aí sim, poderemos posicionar-nos sobre o assunto. Não quero dizer que tenha sido fraudulento, mas é preciso que ^{essa} ~~a~~ Câmara Legislativa receba explicações sobre essa denúncia de fraude, porque, se ela se confirmar, então ~~acho que~~ o Governo Roriz começa muito mal. Não quero fazer prejudgamento, mas espero que o Governo encaminhe uma explicação a esta Casa sobre o que aconteceu com essa concorrência.

C.O. Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) - Cora a palavra a nobre Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB - Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago hoje denúncia publicada pela "Folha de S. Paulo" e comunico que estou encaminhando o pedido de informações que o companheiro Agnelo Queiroz mencionou.

Brasília tem uma nova história, e o papel do Legislativo é fazer leis e fiscalizar o Executivo. ^{Trabalha-se} apenas ^{de} uma denúncia, mas temos ^{de} ~~que~~ apurá-la com muita responsabilidade. Nossa obrigação, neste primeiro momento, é pedir informações, para depois tomarmos as devidas providências.

Preocupa-me o caso, porque teremos ^{consequências} licitações para grandes investimentos, ~~licitações~~ ^{consequências} ~~consequências~~, e se começarmos desse jeito, estaremos colocando em risco a credibilidade do Governo do Distrito Federal, o que não seria bom nem para nós nem para Brasília, que elegeu, de ~~uma~~ forma muito bonita, o primeiro Governador do DF.

Esta ^a minha primeira colocação.

Hoje tenho uma razão muito especial para subir à ~~esta~~ tribuna ^{porque} efetivamente termino meu mandato de Deputada Federal e de Constituinte. Venho, mais uma vez, agradecer à população de Brasília pelo voto de confiança, em mim depositado, e,

de certa forma, fazer uma prestação de contas do meu mandato parlamentar na condição de Deputada e de Constituinte.

O que de mais importante conquistamos É foi a representação política para Brasília. Sabemos das pressões e das forças ocultas, que sempre houve, para que Brasília não tivesse sua representação, e esta foi uma luta dos partidos, das lideranças de Brasília e dos Parlamentares eleitos em 1986.

A participação na Assembléia Nacional Constituinte, confesso a V.Exas., foi a mais rica e mais bonita experiência que tive em toda a minha vida, fl\até mesmo, pelo fato especial de que, entre 559 parlamentares, apenas 25 mulheres escreveram a Constituição do Brasil.

Ouvimos muitas críticas à nossa Constituição, mas o que ~~apenas~~ faltou foi sua regulamentação, através de leis complementares. Isso comprometeu um pouco nosso trabalho, porque o povo brasileiro não viu o resultado final da Constituinte.

Já se fala agora, na antecipação da revisão constitucional. Acredito que será um processo de aperfeiçoamento, contando com a colaboração da sociedade brasileira, para desenhar o futuro do País nesta linha democrática e participativa que desejamos.

Meu trabalho na Constituinte foi avaliado por Brasília, e o resultado foi a renovação do meu mandato, agora na

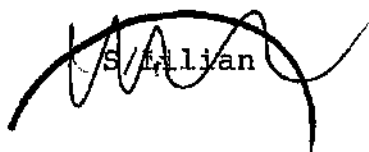
0 t FEV 1981

CL-44

8.3

qualidade de Deputado Distrital.

V.Exas. acompanharam a campanha feita no Brasil inteiro, contra os políticos, contra o Congresso Nacional. Todos imaginávamos que não teríamos a confiança do povo, qual não foi minha surpresa ao ver meu nome, mais uma vez, sendo indicado para fazer de uma parte da Câmara Legislativa!

 S. Allan

Oradora: Maria de Lourdes Abadia (cont.)

Taq.: Lillian

Hora: 11h

01/02/91

9/1

Outra coisa que ouço muito - e ~~o~~ o nobre Deputado Pe-
 niel Pacheco ^o disse no seu último discurso ^{que queria} é ~~"dizendo a Deputada Maria de~~
~~Lourdes Abadia, que tem~~ experiência.

Sempre alguém diz isso.

Estamos começando, uma nova etapa em Brasília, ^{que} ~~tem~~
~~tem~~ nada ^{va} ver com a experiência que vivi como Constituinte no Congresso
 Nacional. Lã era Brasil, era outro universo, enquanto a Câmara Legislativa
 é Brasília, é Ceilândia, é Lago Paranoá, é Brazlândia, Planaltina, São Os-
 assentamentos, é Samambaia. É um universo bem diferente.

Hã pouco, numa entrevista, me perguntaram qual a grande
 diferença. Respondi ^{que} ~~é diferente~~ ^{é como} ~~trabalhar na NASA e de~~
 pois ir trabalhar em São José dos Campos. Isso não ^{significa} ~~significa~~ que o que
 se faça em São José dos Campos seja ~~uma coisa~~ pequeno. Pelo contrário, é
 o começo de uma conquista, até espacial. A Câmara Legislativa, é o pri-
 meiro passo para ^a consolidação efetiva da autonomia política e das ações,
 democráticas no Distrito Federal.

~~Alguns~~ Dizem que o natural é começar-se a carreira
 política como Vereador, depois Deputado Estadual, Deputado Federal, Sena-
 dor, Governador e Presidente da República, e que ~~eu~~ estou fazendo o cami-
 nho inverso. Enquanto uns estão subindo, ~~eu~~ estou descendo. ~~Não se trata de~~
~~Não~~ entendeu que ~~isso não é~~ ^{não se trata de} ~~descer,~~ ^{mas de} ~~recomeçar~~ ^{com uma} nova história em
 nossa cidade. Confesso a V.Exas. que não tenho ^a ~~prest~~ensão do poder pelo

01 FEV 1981

CC - 10

9/2

poder, Gosto, sim, do poder, mas para resgatar as dívidas sociais do nosso País. Por isso, luto e sempre lutarei.

Quero dizer a V.Exas que ~~estou~~ estou no mesmo barco, como marinheira de primeira viagem, aprendendo e errando como qualquer um.

~~agora~~ ^{eu} Naquilo ^{eu} que eu ^u poder colaborar, porque já tive certa experiência, para que a nossa Câmara Legislativa não seja ridicularizada, criticada, estou à disposição. Não venho aqui como professora, para ensinar, mas como amiga, para, juntos, refletirmos sobre a forma de buscar o melhor caminho para Brasília.

Agradeço ~~as~~ as palavras sobre minha experiência. Talvez eu tenha passado uma página, esteja lição a frente, pois vivi ^a experiência da Constituinte, na qualidade de Deputada Federal. Entretanto, confesso que me sinto como V.Exas. Estamos no mesmo barco, ^{repito,} e temos o mesmo ideal de construir uma sociedade mais justa, mais humana, ^{realizando} ~~realizando~~ nosso trabalho para o bem de Brasília e do nosso povo.

Folha antecipou resultado de concorrência no Distrito Federal

GUSTAVO KRIEGER

Da Sucursal de Brasília

Os resultados d(a concorrência pública que escolheu as agências de publicidade que atenderão o governo do Distrito Federal em 1991 já eram conhecidos • uma semana antes da abertura das propostas. No dia 23 de janeiro a *Folha* publicou um anúncio cifrado na página 1-8 do caderno *Classifolha*, revelando que a concorrência seria vencida pelas agências MPM, Ratto e SR, Publicitá, Stylus e Propeg. As propostas só foram oficialmente abertas e julgadas nos dias 29 e 30 de janeiro.

A concorrência foi disputada por 20 agências, divididas em cinco grupos. Cada grupo representava um conjunto de secretarias de Estado e órgãos públicos do governo de Joaquim Roriz, que seriam atendidos pela agência vencedora. O anúncio publicado pela *Folha* antecipou em uma semana os vencedores.

No dia 19 de janeiro, quando as agências ainda entregavam suas propostas ao governo de Brasília, a *Folha* recebeu a informação de que os vencedores já estariam definidos. A redação do jornal publicou então um anúncio sob o título cifrado de "P-19", que significava "Fraude-91". No anúncio, os cinco grupos foram identificados como "séries".

A MPM, vencedora do grupo 1, foi identificada através das iniciais do nome Mário Pereira Mendes. Esta agência, que fez a campanha eleitoral do governador Joaquim Roriz, disputou com as agências Artpian e Setembro Propaganda. Ela vai cuidar das contas do gabinete do governador,

01 FEV 1991

CL - 48 9/4

três secretarias de Estado, dois departamentos e uma fundação.

No grupo 2 o vencedor foi um consórcio formado pelas agências Ratto e SR, que no anúncio tiveram seus nomes grafados inversamente como Ottar. e RS. Elas disputavam a licitação com a agência Fórum Propaganda e outro consórcio, formado pelas agências Atual, DQV, e D&M.

A vencedora do grupo 3 foi a agência PubliCita Propaganda e Marketing, que no anúncio teve o primeiro nome invertido para Aticilbup. Ela disputou a indicação com outras cinco pretendentes (Cannes, Know How, Adag, consórcio Almap/BBDO e o consórcio formado pelas agências Walter Thompson e Grupo Joveni).

No grupo 4, a Stylus (que no anúncio é identificada pela grafia inversa Sulyts), venceu a DPZ; No grupo 5 concorreram seis agências e a vencedora foi a Propeg (que no anúncio surgiu com o nome inverso de Geporp). Ela venceu as agências VS Escala, Rino Publicidade, Olícina de Comunicação, OM&B e Expressão Brasileira de Propaganda. A disputa foi "muito grande", segundo o presidente da comissão, Paulo César de Ávila e Silva.

- A concorrência não teve propostas de preço. Cada agência apresentou propostas de trabalho para a área que disputava, e o julgamento foi subjetivo. No grupo 2, o consórcio formado por Ratto e SR empatou com a agência Salles nos dois primeiros critérios (vídeo e mídia impressa) e venceu no exame da proposta de mídia em rádio.

01 FEV 1991

CL-49

9/5

FOLHA DE S PAULO

1ª.02.91

Pg. 1a.

Folha antecipa decisão de concorrência no DF

O resultado da concorrência pública que escolheu as agências de publicidade que atenderão o governo do Distrito Federal em 91 era conhecido uma semana antes da abertura das propostas, revela Gustavo Krieger. No dia 23 passado, a Folha publicou anúncio cifrado, com os nomes das cinco agências que sairiam vencedoras. As propostas só foram abertas e julgadas nos dias 29 e 30. O secretário de Comunicação do DF, Fernando Lemos, afirma que não tem intenção de investigar a hipótese de fraude,

Promoção F-19

Série 5-Geporp; Série 4- Su-lyts; Série 3-Aticil Bup; Série 2-RS e Ottar; Série 1 - Mário Pereira Mendes.

Fac-símile do classificado publicado na Folha no último dia 23

01 FEV 1991

CL - 50

9/6

Licitação não será apurada

Da Sucursal de Brasília

O secretário de Comunicação Social do governo do Distrito Federal, Fernando Lemos, disse ontem **que** não pretende investigar a **possibilidade de fraude** na licitação **que escolheu as agências** de publicidade **que atenderão o governo em 1991**.

Fernando Lemos foi informado pela reportagem da **Folha de que o resultado da licitação** havia sido **antecipado uma semana antes**, mas disse que "nada ameaça a lisura da **licitação**". Ele **diz que "não seria muito difícil adivinhar o resultado de uma concorrência como esta"**.

Lemos **diz que o processo da licitação** foi **iniciado no governo anterior**. O governador então era **Wanderlei Valim**, que foi vice do atual governador, **Joaquim Roriz (PTR)**. O secretário de Comunicação Social declarou que a comissão de licitação **"é do mais alto nível"**.

Lemos tentou justificar a **escolha das agências** de publicidade afirmando que **"todas têm grande experiência no atendimento ao governo ou um currículo que as recomenda"**. Segundo o **secretário de Comunicação Social**, **"não há nenhuma razão objetiva para que o governo determine uma investigação sobre a licitação"**.

O presidente da Comissão de Licitação, Paulo César de Ávila e Silva, disse à Folha que **"não há nenhuma* dúvida sobre a honestidade deste processo de concorrência"**.

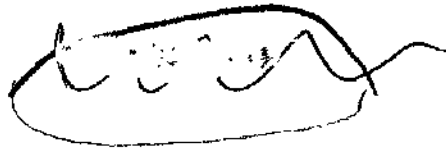
O SR. ~~PRESIDENTE~~ (Jorge Cauhy) - Convido o nobre Depu-
tado Fernando Naves para secretariar a Mesa.

(~~Assume a Secretaria o Sr. Fernando Naves.~~)

Hã sobre a ^{em}Mesa projeto de resolução da Mesa Diretora,

a cuja leitura

peço ao Sr. Secretário que proceda.
~~faça a leitura~~



01 FEV 1991

-O Sr. Secretário Fernando Naves procede à leitura
do projeto de resolução, nos seguintes termos:

~~"Aprova a primeira reformação do detalhamento da
dotação orçamentária de Cr\$ 5.600.300.000,00 con
signada no Orçamento do Distrito Federal para o
exercício de 1991."~~

DOCUMENTO RECUPERADO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 222 DE 1991

APROVA A 1a. REFORMULAÇÃO DO DETALHAMENTO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DE Cr\$ 5.600.300.000,00 CONSIGNADA NO ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL PARA O EXERCÍCIO DE 1991.

Art. 19 - Fica aprovada a 1a. Reformulação do detalhamento da dotação orçamentária no valor de Cr\$ 5.600.300.000,00 (cinco bilhões, seiscentos milhões e trezentos mil cruzeiros) consignada no elemento 4.1.3.0 - Investimento em Regime de Execução Especial, do Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1991 na forma seguinte:

3,1.1.0 - Pessoal	2.240.000.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patrimoniais	896.000.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo	560.000.000,00
3.1.3.1 - Remuneração de Serv. Pessoais	60.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos...	1.150.000.000,00
3,2.8.0 - Contribuição para formação do Patrimônio do Serv. Público..	4.300.000,00
4.1.2.0 - Equipamentos e Mat. Permanente	640.000.000,00
4.2.5.0 - Aquisição de Tít. Representa- tivos de capital já integrali- zados	50.000.000,00
T O T A L	5.600.300.000,00

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Resolução visa complementar recursos na atual dotação para pagamento de pessoal eventual, que se tornou insuficiente para cobrir estes gastos, face a Resolução nº 001 /91, desta Casa e Ato da Mesa nº 001/91.

O cumprimento da prefalada Resolução fica na dependência da aprovação do presente Projeto.

de em 1º/2/91

[Handwritten signatures and initials]

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) - Concedo a palavra
à Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT V^o Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero
referir-me às medidas econômicas. Sobre esse assunto o Partido dos
Trabalhadores fará uma reunião com sua diretoria, ^{no} sábado à tarde,
para avaliar globalmente a
~~conjuntura global da~~ conjuntura. Assim, ~~formar~~^{formar}á sua posição,
sobre a qual faremos um pronunciamento na próxima semana.

~~Ex:~~ Ex: osso modo, endossamos o que já foi dito pelos
companheiros Pedro Celso e Agnelo Queiroz, em seus pronunciamentos.

Outro assunto que me traz à tribuna é a campanha
lançada^m esta semana pelo Governador Joaquim Roriz, intitulada "Nos-
sas Crianças".

Foi com muita surpresa que ontem, ao sairmos da
Câmara Legislativa, tivemos a notícia de que no Centro de Triagem
de Taguatinga havia uma rebelião de crianças, que estavam sendo
espancadas pela Polícia Civil. Solicitamos aos companheiros Eu-
ripedes Camargo e Pedro Celso que fossem até lá, porque o Deputado
Geraldo Magela e eu tínhamos outro compromisso: uma reunião do
partido.

Os companheiros que lá estiveram detectaram que real-
mente a semana que começou com essa campanha fechou de forma muito
negativa, em decorrência do fato acontecido no Centro de Triagem.

01 FEV 1991

CL-54

10.3

Parece-me que a intenção do Governador Joaquim Roriz é instalar uma sindicância, o que pedimos seja feito realmente. Constatamos que uma das crianças — um adolescente, para ser mais precisa — foi duramente espancada, e mais, que a rebelião se deu em consequência do acúmulo de crianças que estão sendo depositadas no Centro de Triagem.

O Sr. Governador está querendo tirar os menores das ruas para que realmente se pense que algo está sendo feito. Mas não será acumulando crianças em pequeno espaço físico que se vai contornar a situação do menor e do adolescente em Brasília.

Há também a crise gerada em função da exoneração da diretora do Centro pela atual Secretária, Dra. Maria do Barro. Não sei quais os motivos que levaram à demissão da diretora. No entanto, a revolta foi motivada pelo excesso de crianças no local e pela demissão da diretora.

Os companheiros Pedro Celso e Eurípedes Camargo estiveram lá e na próxima semana, certamente, deverão dar maiores detalhes sobre o acontecido. O que sabemos é isto: houve a exoneração, a revolta, e algumas crianças realmente saíram machucadas do incidente — pelo menos uma delas foi espancada pela Polícia Civil.

Outra questão que abordar^emos de maneira bastan-

CL-55
01 FEB 1961

10.4

te breve, é a relativa à posse, hoje, da nova Câmara Federal. Hoje, dia 19 de fevereiro, toma posse o novo Congresso Nacional, às 15^h ~~15h~~ ^{15h} em plenário aberto. Acho que todos nós [podemos] sentir convidados para essa solenidade. [Devo dizer que eu, particularmente, espero alguma coisa deste novo Congresso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA DISTRITAL LÚCIA CARVALHO, LÍDER DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, em 1º de fevereiro de 1991.

ASSUNTO: O NOVO Congresso, a Revisão Constitucional e a Defesa dos interesses populares.

Sras. e Srs. Deputados, ~~Companheiros~~ da Assistência e da Imprensa,

Hoje, 1º de fevereiro, toma posse o novo Congresso.

Quero aqui saudar os novos Deputados e Senadores e desejar-lhes um bom trabalho.

São muitas as responsabilidades que recaem sobre esse novo Congresso. Entre elas, a revisão ^{ky} Constitucional marcada para 1993 e a elaboração de ~~Leis~~ ^{Leis} Complementares necessárias ao cumprimento da Carta de 88.

Os Deputados que ora tomam posse têm também a responsabilidade de co-gerir o País neste momento bastante delicado da vida nacional.

Findos os rompantes dos primeiros meses de governo, ^t ~~quando~~ o Sr. Fernando Collor brincou de mocinho, pousou para fotos, andou de jet-ski, ^t ~~à~~ arrochou salários e demitiu funcionários com a mesma sem-cerimônia, ~~com a mesma~~ ^{com a mesma} de combater a inflação, surge de volta o País real: inflação de 20%, e mais, desemprego e ~~recessão~~ recessão sem precedentes.

O novo Congresso tem como primeira tarefa a de se confirmar enquanto poder autônomo. Pois, uma vez que continue o uso indiscriminado de medidas provisórias, como vem sendo feito, o Presidente legislando com a edição reiterada desse instrumento, o

01 FEV 1991

CL-57 10/6

Congresso simplesmente inexistente, ^{porque} ~~pois~~ as Medidas Provisórias são um verdadeiro AI-5.

O recurso da Medida Provisória, usando de maneira discricionária e indiscriminada, simplesmente anula o Poder Legislativo, fere a Constituição, no princípio da equivalência dos Poderes.

Com a instalação da nova Legislatura no Congresso, uma ameaça paira sobre o País.

01 FEV 1991

CL-58

Xavier/Lara

11h10, 11h15

(Cont. Lúcia Carvalho)

12.1.91

11,12/1

~~Assim, se concretizada, trará mais estragos para a Nação. Esses estragos estão, já na avaliação do Sr. Presidente da República, no fim da estabilidade do servidor público, na inexistência de limites para edição de medidas provisórias, no fim do ensino público gratuito.~~ E essa, se concretizada, trará

Vou citar, aqui, algumas das alterações que serão propostas em 1993 ou antecipadamente, como bem disse a Deputada Maria de Lourdes, com a mudança na Constituição. Espero que a mudança venha para melhorar. Mas a idéia do Sr. Presidente da República, para mim, não contempla esse espírito aqui colocado. Uma delas é a da ampliação do prazo de validade das medidas provisórias, com definição de assuntos, possibilidades de reedição e ~~seus~~ limites. Tabelamento de juros : supressão do tabelamento de juros de 12%. Estabilidade no emprego: perda da estabilidade para os servidores públicos, garantia contra demissão imotivada. Jornada de trabalho : alteração da jornada de trabalho de 44 horas; jornada proporcional ao grau de risco. Aposentadoria : não haveria mais aposentadoria por tempo de serviço, mas sim por idade; neste caso, para mulheres aos 60 anos e para homens aos 65 anos. Isto significa, por exemplo, o seguinte : é impossível um professor lecionar com essa idade. Trata-se de profissão extremamente desgastante. Até com menos idade o professor não teria condições de executar perfeitamente as tarefas profissionais. O mesmo ocorreria com outras tantas profissões, se essa medida realmente fosse aprovada, como é intenção do Presidente Collor, pelo Congresso. Reforma agrária : alterar critérios de desapropriação das terras improdutivas. Provavelmente para piorar os poucos critérios que existem. Reforma tributária : repassar aos Municípios e Estados encargos com educação, saúde e outros serviços. Educação: fim da gratuidade em todos os níveis. Isto significa acabar com o 22 Grau. Esta é uma das intenções do Governo Federal. E mais : isentar apenas os que não puderem pagar ; mensalidade proporcional a renda familiar. Saúde : alterar o valor da contribuição das empresas, proporcional ao faturamento, ao invés de ser por empregado. Empresa nacional : mudança na definição do conceito. Monopólio do petróleo : mudança na definição do conceito.

Chamo a atenção da bancada do Distrito Federal, particularmente daqueles que defendem o Governo – às vezes incondicionalmente – para a gravidade desse assunto.

Numa cidade onde uma parcela enorme da população é constituída de funcionários públicos e seus dependentes, tal política traria ainda mais desestabilização.

Um mandato popular não é uma dádiva dos que detém o poder, mas uma forma de me-

lhor defender justamente os que não têm poder. E é* necessário usá-lo nesse sentido e não para angariar favores. As conseqüências de tal desvio podem ser irreparáveis.

A nós, Deputados Distritais, cabe assegurar o que de mais avançado está na Consti tuição, transformando em artigos de nossa Lei Orgânica. Cabe também o controle de perto dos Parla^{ment}ares federais quanto a essas negociações.

Daqui, desta Gamara Legislativa, estaremos acompanhando de perto a ação do novo Con gresso, prontos a colaborar com ^{ele}~~esta~~ e também a criticá-lo, quando isso se fizer necessá rio, lembrando que a ^{ele}~~esta~~ cabe defender soberanamente os interesses populares» consoli dando o Estado democrático e evitando o avanço do neoliberalismo populista e entreguis ta do Sr. Collôr.

Ao novo Congresso cabe a revisão constitucional, nos termos já previstos no art2 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, em 1993» e não em 1991, como quer a prepotência dos banqueiros e industriais, representada na figura do Sr. Fer nando Collôr.

A população do Distrito Federal, por estar mais próxima do Congresso Nacional, ca be fazer pressão, enviar cartas, telegramas, procurar os Deputados em seus gabinetes e cobrar deles uma posição a respeito, bem como exigir a defesa dos interesses dos traba lhadores.

Assim, companheiros, saúdo os empossados hoje, desejando que eles realmente não envergonhem a Nação, melhorem a Constituição e não endossem as propostas do Sr. Presi dente Fernando Collôr.

01 FEV 1991

CL-504-A
60

O SR. ~~BRÉSIDENTE~~ (Jorge Cauhy) - Concedo a palavra ao Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr, Presidente, Srs. Deputados, o Governo pretende apurar a denúncia apresentada pela Deputada Lúcia Carvalho, Tão logo a comissão chegue ao final dos seus trabalhos, traremos a esta tribuna as informações.

O Executivo se interessa em apurar, em levantar os fatos, para que situações como essa, quando o Governo pretende tirar das ruas crianças e adolescentes, não venham a ocorrer mais no Distrito Federal..

Quanto à denúncia aqui trazida pelo companheiro Agnelo Queiroz - por sinal, muito bem colocada - feita pelo jornal "Folha de S, Paulo", também cabe ser apurada. Confesso que dela tomei conhecimento da mesma maneira que a Deputada Maria de Lourdes Abadia e todos os demais colegas, ou seja, pela imprensa. Consultarei as pessoas envolvidas e responsáveis pelo fato e trarei aqui» com toda liberdade de Deputado, de

pessoa humana, exatamente o que ouvir deles. Não afirmo que trarei na segunda, terça ou quarta-feira, mas prometo que aqui o assunto voltará a ser discutido, pois denúncias como essa devem ser apuradas. Logo que tenha uma posição correta a propósito do fato, conversarei pessoalmente com o Governador e trarei a posição de S.Exa. até esta Casa.

Muito obrigado.

01 FEV 1991

CL - ~~63~~ 63

O SR. ~~PRESIDENTE~~ (Jorge Cauhy) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, neste fim de semana, portanto sábado e domingo, o PCB realizará o Encontro Nacional ~~da~~ da Unidade Sindical, que terá como premissa não apenas a questão da defesa do trabalho, dos salários, mas também a da democracia e da afirmação de uma sociedade progressista e democrática.

Esse encontro será realizado na Contag, a partir das 9h.

Houve um colega que demonstrou interesse pelo movimento Unidade Sindical.

Aproveito a oportunidade para convidar ~~todos~~ ^{tários} aqueles que inscrevem como prioritários em seus mandatos a defesa do trabalho a comparecerem a esse encontro. Seria uma grande honra para nós ~~receber~~ receber os companheiros, a partir das 9h, na sede rural da Contag.

Agora, Sr. Presidente, falarei sobre o que aconteceu no Centro de Recuperação e ^{Triagem} ~~Expediente~~ - CRT. Eu estava lá e pude verificar um clima de quase rebelião, de total intranquilidade entre as crianças que lá ~~estavam~~ ^{se encontravam.}

(S/Bethy)

01 FEV 1991

CL-62 62

Beth/ (Cont, Deputado Carlos Alberto)

1º/2/91

11h20/13/1

Impressionou-me o fato de, no ~~Centro de Recuperação~~
~~e Treinamentos~~ a Polícia Militar ser chamada com a finalidade de reali-
zar uma vistoria nas ~~suas~~ instalações do Centro de Recuperação - Thiagem, sob o argumento, segundo os que
a convocaram, de haver armas, tóxicos e todo o tipo de ilegalidade nos
alojamentos das crianças.

Evidentemente, a presença da força policial defla-
grou uma onda de rebeldia — quero deixar claro que isso nada tem a ver
com o comportamento dos policiais — e gerou um estado de rejeição.

As razões talvez sejam mais profundas, e devemos a-
valia-las.

É do conhecimento de V.Exas. que o Estatuto da Cri-
ança estabelece normas pedagógicas diferenciadas, inovadoras, inclusive,
no tratamento dos menores abandonados e dos meninos de rua.

Esse Estatuto passou a ser aplicado pela nova admi-
nistração do ~~CRT~~ ^{CRT} com características bastante interessantes.

A Secretária que recentemente assumiu a direção do

Q 1 FEV 1991

CL - 63

13/2

~~CRT~~ /¹ decidiu abrir as portas a todas as crianças de rua, para que possam ser alimentadas e instaladas. Esta atitude deu margem à acomodação, ~~de~~ de uma superpopulação naquelas instalações. ~~Uma superpopulação~~ que não passou sequer por uma triagem. Assim, qualquer criança, sem que se submeta a pelo menos uma entrevista, tem o direito de ali instalar-se, até definitivamente.

Isto ocorreu concomitantemente à entrada de um novo grupo de administradores, que lá se instalou sem promover sequer uma reunião com os antigos dirigentes.

A anterior diretoria daquele Centro foi destituída dos cargos sem que houvesse um processo de transição, entre a antiga e a nova administração.

Crianças de 8 a 16 anos são carentes de apoio e de afeto. Quando a antiga equipe com a qual essas crianças se relacionavam foi destituída, quebrou-se a relação que lhes dava segurança.

Paralelamente à substituição da anterior diretoria

01 FEV 1961

C-1 - 64

13/3

e a abertura das portas do CRT, sem qualquer critério, houve a entrada da força policial, o que provocou um clima de revolta, de protesto, de brigas absolutamente indiscriminadas.

VLS/SUELI

01 FEV 1991

CL - ~~65~~ 65

TAQ. SUELI

ORADOR: CARLOS ALBERTO (CONT.)

HORÁRIO: 11h25

01.02.91

14.1

[A Secretaria de Desenvolvimento Social, Dra. Maria do Barro, em que pese ~~a~~ toda ^{sua} reconhecida qualificação para o trato das questões sociais, comete um erro ~~que está~~ que está a olhos vistos, para quem quiser conhecer esse problema. Há um estado de rebelião, de intranquilidade, de quebra-quebra do patrimônio social e de rompimento de todo um trabalho de dezenas de anos que vinha sendo realizado. Basta dizer que uma criança grávida, com 11 anos, foi colocada à força dentro do camburão da PM.

Quero mais uma vez frisar que não estou denunciando qualquer ~~tipo de~~ arbitrariedade cometida pela força policial, mas ~~esse~~ tipo de situação se cria naquela casa.

Queremos aqui marcar o nosso protesto efetivo.

A Secretaria Maria do Barro tem de encaminhar essas questões de forma mais cuidadosa, no mínimo, porque o trato com crianças exige uma grande responsabilidade.

Muito obrigado.

01 FEV 1991

FEV 1991

CL - 66

14.2

O SR. ~~PRESIDENTE~~ t Jorge Cauhy) - Concedo a palavra ao

Deputado Peniel Pacheco.

Pediria aos Srs. Deputados que se ativessem ao tempo regulamentar de 5 minutos.

O SR. ~~PENIEL~~ PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os assuntos ventilados que ganharam a maior repercussão hoje na Câmara Legislativa não podem passar em branco num pronunciamento do Bloco Solidarietà. Há três questões fundamentais: a primeira, o plano econômico do Governo Federal. Embora saibamos que não estamos na Câmara dos Deputados, sabemos das implicações que este plano trará as famílias, aos trabalhadores, à vida da população do Distrito Federal.

Apresentamos, em nome do Bloco Solidarietà, nossa preocupação quanto aos critérios que serão adotados pelo Governo Federal e também pelas instituições do Distrito Federal, na fiscalização do citado congelamento.

Preocupa-nos se o Governo adotara a postura de fiscali-

CL - 67
01 FEV 1991

14.3

zar os salários, provocando o congelamento salarial e não conseguindo conter o congelamento dos produtos, provocando, portanto, maiores perdas no poder aquisitivo da já tão sofrida classe trabalhadora.

Em segundo lugar, preocupa-nos também a questão do menor no Distrito Federal. Sabemos da implantação de leis federais que serão adaptadas aos Municípios e também ao Distrito Federal. Temos até em tramitação nesta Casa, um projeto do Deputado Gilson Araújo, que prevê a implantação de uma política, com a criação do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.

De sorte que nos também estamos preocupados com esta questão e gostaríamos de ver, da parte do Governo do Distrito Federal, uma ação efetiva, coibindo abusos, se eles estiverem acontecendo.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, queremos parabenizar, de público, a atitude do Líder do Governo na Câmara Legislativa, Deputado Maurílio Silva, quando, desta tribuna, com muita personalidade política, fttPMfts nos informa que estará buscando informações e detalhamentos a respeito da denúncia publicada pela "Folha de S.P.", em

Paulo,

01 FEV 1991

CL - ~~67~~ 68

14.4

relação à licitação, à concorrência para a publicidade do Governo.

Elogiamos O Deputado, não porque a priori estejamos concordando ^{em} que a denúncia seja verdadeira. Não se trata disso. Poderá ser ou não, mas ela terá de ser averiguada, todos temos de concordar, porque se o Governo não tem o que temer, ~~ele~~ não pode também evitar que a denúncia seja apurada nos seus mínimos detalhes.

Queremos também enfatizar que o Legislativo tem ^a ~~essa~~ prerrogativa de acompanhar, e ~~se~~ falamos em fortalecimento do Legislativo, não apenas ~~no sentido interno~~ ^{integramente a ele} mas inclusive em nossa relação com a sociedade e com os outros Poderes.

Concordamos com a posição do Líder do Governo e nos somamos à voz daqueles que aqui trouxeram a mesma preocupação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

(O Sr. Presidente - Convido o Deputado Fernando Naves para fazer uso da tribuna - Ivê.)

01 FEV 1991

CL-~~68~~ 69

Orador: Fernando Naves

Taq: Ivi

Hora: 11h30min

Data: 01.02.91

15/1

O SR. ~~PRESIDENTE~~ (Jorge Cauhy) — Com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves.

O SR. ~~FERNANDO NAVES~~ (PDC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e público em geral, o que nos preocupa, hoje, com relação ao menor, é observar ~~que~~ que infelizmente existe irresponsabilidade por parte dos adultos. Por quê? Os adultos se colocam atrás de uma cortina composta por menores, usando-os como escudos, para tirar proveito disso.

Sabemos muito bem que a delinqüência do menor é promovida pelos adultos, que não têm honestidade suficiente para tomar ~~o~~ partido e serem responsáveis por seus atos. Colocam o menor como isca e, na hora de lhe prestar atendimento, fogem da responsabilidade.

Os menores são induzidos a tomar certas atitudes, já que não poderão ser penalizados, por não responderem pelos seus atos. Com isso os menores ficam cada dia mais desgastados, comprometidos. A sociedade deveria ser responsável por eles. Infelizmente, não ^é é.

O nobre Deputado Carlos Alberto citou um fato. Dis-

se ter conhecimento de que os menores são usados até quando ocorrem demissões, por exemplo. Quando querem tirar proveito de algo que contrariou seus interesses particulares, ou quando não conseguem seu intento, colocam os menores para promover baderna, quebra-quebra, enfim, uma série de coisas, a fim de conseguirem evitar sua demissão dos empregos. Temos conhecimento de que tais atitudes são tomadas.

Os organismos policiais, de segurança, infelizmente, já estão desgastados, ^{três} ~~já que~~ os adultos colocam as crianças como escudo e elas não respondem pelos seus atos. É uma situação de calamidade que vivemos hoje com relação ao menor. Temos uma preocupação muito grande por causa disso.

Deveríamos promover um trabalho no sentido de responsabilizar os adultos quando usam as crianças como escudo. Começamos a criar condições para que haja atendimento aos menores, evitando que os adultos fiquem impunes. A responsabilidade dos adultos é muito grande, maior do que ^a das crianças. A sociedade tem de promover o bem-estar da criança, fazendo alguma coisa para evitar a situação de irresponsabilidade dos adultos.

^à É um assunto /que deveremos cuidar com muito carinho, para que as crianças não fiquem desprotegidas e os organismos de

0 | FEV 1991

CL-~~100~~ 41

15/3

segurança não fiquem desprestigiados e desgastados perante a imprensa por causa da irresponsabilidade dos adultos.

Muito obrigado.

* * *

Taq. Helô ,

01 FEV 1981

Orador: Geraldo Magela

Horário: 11h35m

Data: 01.02.91

16/1

O SR. ~~PRESIDENTE~~ (Jorge Cauhy) — Passamos ao horário destinado ao Grande Expediente. Cada orador disporá de 20 minutos na tribuna, podendo conceder apartes. #.

Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Benício Fardes. (11h35m.)

Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

01 FEV 1991

CL - ~~13~~ 13

16/2

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) —

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não me causa surpresa a denúncia apresentada pela "Folha de S. Paulo" de hoje. Não fazemos nenhum

juízo ^{sobre} se ela é ou não procedente. ^A ~~Temos um passado de~~ "Folha de S. Paulo" ^{tem um passado nesse tipo de denúncia,}

principalmente no tocante à licitação para a construção da Ferro-

via Norte-Sul, na qual foi comprovada fraude, ~~através de uma denúncia~~

Hoje, com a notícia da divulgação do resultado da li-

citação, ^{indicando} ~~para~~ as empresas que prestarão serviço de publicidade ao Gover-

no, a "Folha de S. Paulo" faz ^{idêntica} ~~uma~~ denúncia. Eu me solidarizo ^{com} a Depu-

tada Maria de Lourdes Abadia e estarei, também, enviando pedido de expli-

cação ao Poder Executivo, para que, depois de dadas as ^{informações} ~~explicações~~, pos-

samos entender o que realmente aconteceu e, se for o caso, tomar outras

medidas.

Porém, isso não é novidade para nós. ^{Fatos como esse são,} ~~estes~~ con-

trolados pela força do Poder Executivo, desde o primeiro Governo do Sr.

Joaquim Roriz, ^{sendo} ~~dando~~ continuidade ^{no} ~~através do~~ Governo do Sr. Wanderley

Vallim. Poderíamos dizer que a denúncia ^{tf} ~~comprova~~ ^{isso é} ~~isso é~~ mais lamen-

tável, Sras. e Srs. Deputados, e que, segundo o mesmo jornal, o Sr. Fer-

01 FEV 1991

01 FEV 1991

CL - ~~975~~ 44

16/3

nando Lemos, ~~+~~ Secretário de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal, tendo sido informado ^{de} que a "Folha de S. Paulo" ~~3ã~~ tinha denunciado a fraude, se limitou a dizer que ~~nao~~ não pairava nenhuma dúvida sobre o processo e que então não caberia questioná-lo, que nada faria.

É de se lamentar tal atitude de um Secretário de Governo, ^{rae} desde que não tenha nada a temer, suspenderia de imediato a divulgação dos resultados e apuraria o ocorrido, porque ~~ela~~ foi informado antes de a "Folha de S. Paulo" publicar a matéria.

~~Nada~~ ^{Nada} custaria ~~para~~ tentar esclarecer tal fato, uma vez que o jornal mostrava, inclusive, como e que tinha sido feita a denúncia. Deveria apurar tal acusação e naturalmente, se comprovada, responsabilizar aqueles que divulgaram tal denúncia.

A nós nao causa nenhuma surpresa toda essa denúncia, toda essa situação, porque sabemos que uma das empresas vencedoras é exatamente aquela que fez a campanha do Governador eleito.

Será uma simples coincidência? ~~que~~ ^C Essas coincidências, ~~mas~~ ^{as} já temos visto muito, ao longo dos anos, ~~elas foram~~ ^{elas foram} acentuadas com a corrupção desenfreada da época do regime militar, que ~~veio~~ ^{veio} ~~para~~ ^{para} restabelecer a moralização. Então, tudo isso não nos causa

01 FEV 1991

CL-~~101~~ 15

16/4

estranheza, & possível que alguém esteja surpreso. *Não nos surpreendemos;*
~~que não estava~~

apenas
~~que~~ veio mais cedo do que esperávamos. Exatamente 31 dias depois

da posse começou o castelo a desabar. *ou o Cavalo.*

01 FEV 1991

CL - ~~115~~ 16

Orador: Geraldo Magela

Taq. Andréa

Hor. 11:40

17.1

O Governo tem de tomar uma atitude severa neste sentido, não pode deixar para se manifestar daqui a 10 ou 20 dias. Ele tem responsabilidade sobre os fatos denunciados e, portanto, tem de adotar uma postura enérgica, imediata, não pode ficar postergando. E nós, da Câmara Legislativa, temos ~~que~~^{de} acompanhar isso pari passu.

Ouçó a nobre companheira Lúcia Carvalho.

A Sra. ~~Lúcia Carvalho~~

A SRA. LÚCIA CARVALHO — Nobre colega Geraldo Magela,

quero solidarizar-me com V.Exa. e com a Deputada Maria de Lourdes Abadia pelo pronunciamento, ~~que fazem~~^{feito} agora de forma mais completa, e dizer que licitação publica é um dos calos de qualquer administração e um dos aspectos em que esta Câmara Legislativa vai ter de intervir. Tenho notícias de como são desenvolvidas as licitações na Fundação Educacional para construção e reforma de escolas. Quero tornar isso público e depois até fazer um pedido formal a esta Casa. Tivemos conhecimento de que até o ano passado as licitações da Fundação Educacional para construção e reparo de escolas eram feitas da seguinte maneira: até 5 milhões, não havia licitação, ou seja, quando tinha ~~que~~^{de} fazer um reparo, a Fundação apenas escolhia uma empresa para fazer a obra. De 5 a 50 milhões, também não havia licitação, ou seja, a Fundação fazia uma tomada de preços e escolhia a firma que iria construir. Acima de 50 milhões ~~que~~^{de} e esse valor já era

01 FEV 1981

CL - 116 17.2

para construção de escolas, e não para simples reformas, ~~ai, sim,~~
~~fazia~~ licitação. Mas, já se conhecia previamente quem iria
ganhar essa licitação, porque há um cartel estabelecido no ramo da
construção, em Brasília, na medida em que, por exemplo, ^{cinco} 5 pessoas
aqui são donas de construtoras. Essas pessoas se reúnem antes da
apresentação da carta e, se a obra fica ^{orçada} em 90 milhões, um apresen-
ta 90, outro, 95, outro, 100, outro, 105. É claro que já se sabe
quem vai ganhar. E esse ganhador de agora não será o que apresenta-
ra o menor preço na próxima licitação, ou até vai receber alguma
coisa dos outros que ficaram de fora na vez anterior. Então, Sr. De-
putado, ~~é~~ acho que temos de esclarecer nesta Casa não apenas
o fato denunciado na matéria publicada, ^{pois} mas ~~que~~ o Governo do Distri-
to Federal ^{precisa mostrar} ~~deve~~ de forma ~~transparente~~ transparente como ~~que~~ se realizam as li-
citações em todo o serviço público do Distrito Federal. Este é o mo-
mento de começarmos a fazer denúncias e exigir transparência do Go-
verno. Esta Casa não tem só o dever de fazer leis, mas de cobrar
dignidade e moralidade por parte do Executivo. ~~Então~~, solicito que
essa denúncia que acabo de fazer seja registrada nos Anais desta
Casa. Eu a tenho guardada desde o ano passado, e me foi feita por
pessoas que realmente não tinham outros motivos para me relatar o
fato. Acho que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos de exigir
que os critérios para a realização de licitações sejam alterados,
mas, antes disso, que o Governo do Distrito Federal encaminhe a nós

01 FEV 1991

CL - 007 18

17.3

um relatório sobre licitações já feitas em todas as áreas, não só na de publicidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Para atender ao pedido da nobre Deputada, de que a denúncia seja registrada nos Anais da Casa, é preciso que a faça por escrito, por favor.

A Sra. ~~Lúcia~~ Carvalho.

— ft SRA. LÚCIA CARVALHO — Através da gravação e da taquigrafia, já foi registrada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) — Não, isso tem ^{de} ser feito por escrito, ~~A~~ matéria assim o exige.

O SR. GERALDO MAGELA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, concluindo, devo dizer que estranho, aí, sim, o fato de haver uma pré-seleção. Sei que o Governo Federal já inaugurou esse processo, mas essas histórias a respeito das atitudes do Sr. Presidente da República, dos seus apoiadores e da maioria dos seus componentes não são indicativo de moralidade, não são indicativo de transparência.

Então até me estranha... (Mota)

0 ! FEV 1981

CL - ~~118~~ 49

Data. 1.2.81
Orador Geraldo Magela
Hora. 11h45min
Tag. Mota 1

18./1

Então, muito ~~me~~ estranhe que o Governo do Distrito Federal esteja adotando a prática de pré-selecionar com quem vai trabalhar, ~~como~~ ^{beu como} ~~a mesma~~ tomem que dessas empresas indicadas como vencedoras - salvo algum engano, que posso reparar, caso não esteja sendo preciso - uma única seja ^{de} Brasília, e todas as outras sejam de fora. Além do mais, com isso estaríamos privilegiando mercados de trabalho que não são de Brasília.

Assim, como a companheira e nobre Deputada Maria de Lourdes, encaminhamos à Mesa ~~tfm~~ pedido de esclarecimentos ao Secretário de Comunicação Social do Distrito Federal, e faço um apelo para que seja respondido o mais ~~apelo~~ ^{rapidamente} possível. Ao mesmo tempo, ^{apelo para o} também ~~para~~ ^o IP Líder do Governo, o nobre companheiro Maurílio Silva. Sabemos como estas questões costumam ser tratadas. Uma vez denunciadas, costumam cair no esquecimento, ~~Caso o~~ ^{Caso o} Governo não tenha nenhuma responsabilidade sobre os fatos denunciados, que ~~me~~ ^{nos} responda o mais ~~rapidamente~~ ^{rapidamente} possível e adote medidas necessárias ao restabelecimento da moralidade pública. Se isso acontecer, se os responsáveis forem punidos, estaremos ocupando esta tribuna inclusive para ~~tecer~~ ^{tecer} elogios pela atitude tomada. Do contrário, podem esperar, seremos opositores intransigentes, críticos e ferrenhos de tais medidas, porque elas contrariam o interesse da população e com isso não podemos concordar, de forma alguma.

Ouçõ o nobre Deputado Fernando Naves.

01 FEV 1991

CL - ~~700~~ 80

18./2

O Sr. Fernando Naves - Nobre Deputado Geraldo Magela, é muito preocupante essa matéria da "Folha de São Paulo". Estamos ~~tão~~ ^{de S. Ex.ª} solidários com o ~~seu~~ pronunciamento até porque o Líder do Governo, Deputado Maurilio Silva já se colocou à disposição de todos nós, à disposição da Câmara, para trazer um posicionamento com relação ao assunto. Pelo que conhecemos do Deputado Maurilio Silva, não só como líder, mas como pessoa, temos a certeza de que ^{S. Ex.ª} ~~ele~~ trará os esclarecimentos necessários, no mais curto tempo possível. Disso temos certeza. Muito obrigado.

O Sr. Geraldo Magela - também temos essa expectativa, nobre Deputado Fernando Naves, inclusive, somos testemunhas do comportamento do nobre Líder do Governo nesta Casa, e não temos dúvida de que ^{S. Ex.ª} ~~ele~~ se empenhará pessoalmente para obter ^{os} esclarecimentos pedidos. Além do mais, estamos iniciando os trabalhos do Legislativo e o Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal, vem de um governo em que não havia o costume de dar satisfações, não tinha um Legislativo para fiscalizá-lo, não tinha um Legislativo ao qual ^{devia} submeter suas proposições. Mas agora tem. Aliás, tenho tido uma posição crítica com relação à postura do governo diante do Legislativo. Melhor dizendo, acho que o Executivo tem adotado ^a postura de ignorar o Legislativo, como se não existíssemos, [†] ~~acred~~ito que isso possa ser superado. A postura do Líder do Governo pode até contr^{ib}uir neste sentido.

O pedido que faço ^{para} ~~é~~ ^{S. Ex.ª} ~~que ele~~ nos traga os esclarecimentos o mais ^{rapidamente} ~~rápido~~ que puder, para que possamos, inclusive, encerrar essa questão,

01 FEV 1991

CL-80 81

18/3

de modo ~~a que modo~~ a que não paire sobre nenhuma das Secretarias do ^{to} governo qualquer tipo de dúvida. ~~Se~~ se isso continuar ocorrendo, daqui a pouco se estenderá sobre todo o Governo, que perderá a credibilidade que ~~tem~~ ^{tem} tanto com relação ao Legislativo, quanto com ~~população~~ a população.

Ouçó o nobre Deputado Padre Jonas. ||

01 FEV 1981

CL - 82

Taq. Iara

19.1

Hora 11 h 50

Orador Geraldo Magela (cont.)

~~Concedo aparte ao nobre Deputado Padre Jonas.~~

o Sr. Padre T n - -

o SR. PADRE JONAS - Nobre Deputado, agradeço a V. Exa. a oportu-

tunidade de me manifestar pessoalmente e como Líder, em nome da bancada do PDS. De -
vo dizer que é ponto essencial para nós que os assuntos de governo transcorram a nível
de transparência. Estamos aqui para aplaudir o gesto equânime, o gesto razoável, de
tal maneira que se possa dizer com clareza à comunidade o que acontece na Câmara Le-
gislativa e também no Executivo. Isto principalmente ^{me} se tratando de publicidade,
porque a publicidade é a alma da comunicação. Ora, se a própria ^u comunicação é contra-
tada em bases escusas, isso pode levar a lamentáveis equívocos ou interpretações ma-
lévolas da parte de pessoas inescrupulosas. Não gostaríamos que a comunidade pensasse
que estamos aqui descumprindo o nosso papel. Afinal, aqui estamos para colabo-
rar com o Governo, e esperamos que a comunidade veja esse ^u entrosamento mais perfeito
do Executivo com o Legislativo.

o SR. GERALDO MAGELA - Concedo aparte ao nobre Deputado Carlos

Alberto.

P s. Alberto.

~~o SR. CARLOS ALBERTO~~

Deputado Geraldo Magela, acredito

01 FEV 1981

CL-882 43
19.2

que ^{as} práticas que envolvem as licitações são bastante conhecidas, não só no Governo

local, mas no Poder Executivo em geral, principalmente quando se colocam grandes se

mas de recursos públicos, recursos evidentemente ^{na} tirados do nosso sofrido povo, um

povo constituído, ^{na} maioria, de pobres e miseráveis. Sabemos que essa é uma das ques -
tões até de caráter cultural na administração pública brasileira. Fiquei muito satis

feito com a opinião, com o posicionamento do Líder do Governo, quando manifesta que

essa ^{questão} ~~questão~~ deva ser esclarecida. Então, acho que nós, da Câmara Legislativa, deve-

mos exigir, no primeiro incidente do gênero, não só no primeiro Governo, no primeiro

Executivo eleito, mas no primeiro Poder Legislativo eleito, que essa questão seja

apurada exemplarmente, de modo a provocar uma ruptura com essas práticas antigas.

Não gostaria de culpar "A", "B" ou "C". J ^g quero olhar para o futuro, e, olhando para

o futuro, acho que a Câmara Legislativa ~~(representando o povo)~~ tem uma grande con -

tribuição a dar a esta cidade. ^o exemplo de transparência na utilização de recur -

sos públicos é uma das melhores contribuições, e a mais efetiva que podemos dar.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO MAGELA - Concílio, Sr. Presidente, reafirmando

que nossa intervenção tem exatamente esse sentido, o de tornar todos os atos, seja

do Executivo, seja do Legislativo, transparentes para a população.

0 \ FEV 1991

CL - 88 19.3

84

Naturalmente, confirmadas as denúncias, espero que tenhamos

condições de influenciar na anulação da licitação, ^{para} que se proceda a outro tipo

de licitação, ^{a fim de} ~~para~~ que se possa atender aos interesses maiores da população. É o que

quero deixar registrado. Na parte da tarde encaminharei ofício a Mesa, solicitando

que sejam pedidos ^{os} esclarecimentos necessários ao Secretario de Comunicação Social, Sr,

Fernando Lemos.

Muito obrigado.

01FEV 1901

CL-~~817~~

19.4

85

O SR. ~~PRESIDENTE~~ C Jorge Cauhy) - Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. ~~WASNY DE ROURE~~ (PT: Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia ^{deixar} de mencionar os fatos ocorridos desde a tarde de ~~ontem~~ até a manhã de hoje. A nossa ausência se deveu a estarmos envolvidos com algumas categorias de servidores públicos, sobretudo aquela da Companhia Nacional de Abastecimento, em fase de formação.

(Fomos ontem abordar a direção Lili)

01 FEV 1981

CL-815 46

Clarice

1.2.91

11,55

20.1

Ontem abordamos a direção da empresa, ^{que está em} ~~andando~~ processo de negociação, desencadeado junto ao Líder do Governo e ao Secretário da Agricultura, no sentido de que parte do patrimônio público vinculado à Cobal ^{possa} ~~pudesse~~ ser transferido ao Governo Federal, bem como seus servidores, que estariam sendo demitidos.

Na oportunidade, fomos informados de que seria necessário um contato pessoal do Sr. Secretário da Agricultura com o presidente dessa empresa, Dr. Mauro Mosqueiro, para alinhar um processo de negociação.

Para surpresa nossa e de nossa categoria, no início da tarde fomos informados de que as listas de demissões da empresa já estavam em curso e ~~já~~ havia data certa para o processo de demissão ser concluído.

Naturalmente, a reação foi imediata por parte dos trabalhadores daquela empresa, ^e ~~vali~~ aliás, muito justa. Atendendo a reivindicações dos companheiros, buscamos uma entrevista com o presidente da empresa, o qual, lamentavelmente, recusou-se a atender ~~os~~ trabalhadores, apenas nos recebendo em seu gabinete.

Sr. Presidente, é lamentável que um comportamento como esse, ~~resquício~~ do autoritarismo, ainda persista nesta República. Não «a» podemos silenciar diante desse quadro. Primeiro,

porque é um desrespeito àqueles que estão vivendo de seu salário e estão em processo de negociação de melhorias,

Cabe ressaltar, para que os nobres pares tenham conhecimento, o curso dessa nova empresa nos últimos meses. Ao mesmo tempo em que se demite, contrata-se, em São Paulo, assessores - diga-se de passagem, o termo mais correto seria "consultores" - ganhando salários exorbitantes. E até há uma forma de gratificação aos diretores que foram recentemente demitidos. Entretanto, a empresa alega não ter recursos financeiros para pagar as demissões, e o grande volume delas está justamente naquelas categorias de menor remuneração.

Além disso, Sr. Presidente, cobramos da direção da empresa sua omissão e ~~uma~~ responsabilidade diante da corrupção ali havida, recentemente divulgada pelo jornal "O Globo", quando então a empresa Wadel tentou, no final do Governo Sarney, cobrar indevidamente alguns bilhões de cruzeiros, na forma de complementação de fretes de grãos, realizados entre a área de fronteira agrícola e os grandes centros de consumo.

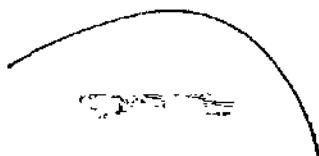
Através da denúncia dos trabalhadores, o projeto de extrair do Erário volumosas importâncias foi arquivado. O atual Presidente da República, Collor de Mello, entrou no circuito e mandou suspender o pagamento. Passados alguns meses, o projeto

01 FEV 1991

CL - ~~18/12~~ 48

20.3

e a tentativa dessa empresa de tirar do Erário essa chamada complementação voltou à tona, e a nova diretoria, alegando que não poderia evitar esse pagamento, simplesmente encaminhou-o ao Banco do Brasil.



01 FEV 1981

CL-~~818~~ 89

Orador: Wasny de Roure (cont.)

Taq.: Lilian

12h

01/02/91

21/1

Os próprios funcionários do Banco do Brasil, entendem -
do ser escandaloso o pagamento daquela importância, assumiram o ônus de
não efetua-lo, ocasião em que a Procuradoria do Ministério da Economia,
entrando ^{no} ~~no~~ circuito, proibiu o pagamento. Mas, Sr. Presidente, aí temos
um fato evidente ^e ~~que~~ inescrupuloso; a diretoria da CNA já havia endossa-
do pagamento indevido de bilhões de cruzeiros. É mais um ato de corrup-
ção do Governo Federal, agora mascarado nesse pacote em forma de congela-
mento de salários.

É claro que o Partido dos Trabalhadores não poderia se
omitir. E hoje, pela manhã, a bancada do PT que toma posse nesta tarde ^v
está reunida para apresentar a sociedade de Brasília, e ^v ~~a~~ sociedade des-
te País ^{seu adotado na} um posicionamento político, já para/semana seguinte.

Deixo registrada ^a NOSSA observação sobre o lamentável
posicionamento do Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, Sr. César Maia,
^{ao} ~~em~~ endossar esse pacote que extrai do trabalhador/seus parques salários. Mas,
Sr. Presidente, a oposição neste País tem sido subtraída ao longo de sua
trajetória. Espero que aqueles que continuam na trincheira da oposição
não se furtem ao seu papel.

Registro, também, Sr. Presidente, a posse, ontem, da no
va diretoria da Associação dos Engenheiros Florestais do Distrito Federal,
que se pronunciou no sentido de acompanhar nossos trabalhos e contribuir
para ^a ~~elaboração~~ ^{seu estudo} da Lei Orgânica, ~~que~~ em breve iniciaremos. ~~estudo~~

01 FEV 1981

CL ~~11/11~~

21/2

90

Sr. Presidente, na manhã de hoje, trago a preocupação que temos referente à área de ciência e tecnologia. Neste pronunciamento, gostaria de dar início ao processo de discussão que pretendo ^{desenvolver} ~~trazer~~ na próxima semana.

A competitividade econômica de uma sociedade e o bem-estar individual de seus cidadãos dependem cada vez mais do adequado domínio e da capacidade de produção de conhecimento. Desenvolvimento sócio-econômico e desenvolvimento científico e tecnológico são duas faces do mesmo desejo humano de luta pelo, bem-estar da sociedade. De um lado, desenvolvimento sócio-econômico sem o respaldo dos conhecimentos científicos e tecnológicos se transforma em tecnocracismo, cujas consequências são historicamente conhecidas na sociedade brasileira. Por outro lado, ciência e tecnologia desvinculadas das necessidades concretas da sociedade se transforma ^{em} puro diletantismo pessoal, passando o acúmulo do conhecimento a ser o único objetivo das atividades de geração do conhecimento científico.

É ainda importante considerar que as políticas de desenvolvimento sócio-econômico e as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico são melhor definidas na medida ^{em} que seus atores, ou seja, pesquisadores e representantes dos diversos segmentos da sociedade, interagem no estabelecimento de prioridades. Em outras palavras, desmistifica-se o conceito de ciência e comprova-se a importância do saber popular, em benefício do bem-estar da sociedade. Ainda se pode afirmar, den-

01 FEV 1991

CL - 91 21/3 91

tro do mesmo argumento, que é através da participação dos diversos segmentos da sociedade que se evita o domínio do saber científico e tecnológico, em proveito exclusivo dos grandes grupos econômicos, típicos do capitalismo selvagem característico do desenvolvimento brasileiro.

~~_____~~

01 FEV 1991

CL - ~~92~~ 92

(CONT)

22.1

ORADOR: WASNY DE ROURE

TAQ: ZILDA

HORÁRIO: 12:5

No Brasil, os investimentos em ciência e tecnologia por parte do Estado não passam de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB), comparados com 1,5% do Japão; a participação do setor privado, de 8% dos lucros, comparados com 72% do Japão; temos 400 pesquisadores, comparados com 6000 pesquisadores japoneses por milhão de habitantes (dados da FICDE - Estudos Intenacionais). Em decorrência dos índices indicativos do subdesenvolvimento em ciência e tecnologia no Brasil, o CNPQ define algumas metas-desafio para o período 1990-2010: elevação da participação do setor privado, de 8% para 15%; ampliação da massa crítica de pesquisadores e cientistas de 400 para 1200 pesquisadores por milhão de habitantes, ampliação de pesquisas voltadas para as necessidades técnico-científicas e econômicas-sociais do país; organização institucional e ação coordenada do Estado, tanto na área de fomento quanto na de pesquisa e, particularmente, na articulação das instituições de pesquisas e desenvolvimento com as exigências tecnológicas das empresas; e definição de mecanismos de regulação que estabeleçam as condições e regras de atuação para cada agente do sistema de ciência e tecnologia.

No Distrito Federal, a necessidade de maior importância a ser dada pelo Governo do D.F. à área de ciência e tecnologia é historicamente comprovada; não simplesmente em amparo à ciência e tecnologia de forma isolada, mas sobretudo em apoio a uma ciência e tecnologia atrelada às particularidades da Região Geoeconômica do Distrito Federal. É necessário dar um basta aos planos de desenvolvimento que, dissociados de maiores conhecimentos científicos e tecnológicos, deterioram o meio ambiente - o solo, a água, o clima, a vegetação, etc. - com doenças infecciosas-contagiosas, mata pelo uso de agrotóxicos altamente tóxicos, que para as indústrias agroquímicas, gera problemas educacionais, para problemas de saúde pública em geral e para ainda as desigualdades de renda. Sobretudo, dá um basta à política de desenvolvimento de interesse dos grandes grupos econômicos em detrimento do bem-estar da população em geral.

01 FEV 1991

Yvette

10/2/91

Cont. Wasny de Roure

12h10m

23/1

CL-912 93

dissociados de maiores conhecimentos científicos e tecnológicos, de
rioram o meio ambiente, ^o solo, a água, o clima, a vegetação. Gera do
enças infecto-contagiosas, mata pelo uso de agrotóxicos altamente lu
crativos para as indústrias agroquímicas, gera problemas educacionais,
gera problemas de saúde pública em geral, e gera ainda as desigualda
des de renda.

Sobretudo, dar um basta à política de desenvolvimento e de in
teresse dos grandes grupos econômicos, em detrimento do bem-estar da
população ~~em~~ geral; sobretudo dar um basta à política de politiqueiros
que trazem em seu íntimo a indiferença pelo estado de miséria, de des
nutrição, de fome, de pobreza quase absoluta das regiões periféricas
de Brasília.

A título de exemplo de pesquisas econômica e socialmente impor
tantes para o Distrito Federal, citam-se as atividades de biotecnolo
gia relacionadas com o controle biológico. Técnicas mais eficientes de
seleção de genótipos resistentes ou tolerantes a pragas e doenças podem
conduzir a menor vulnerabilidade genética e a maior oferta de cultiva
res e raças adaptadas e produtivas.

Por outro lado, a caracterização, isolamento e síntese de prin
cípios ativos relevantes no controle biológico deverão permitir a pro

01 FEV 1991

CL - ~~913~~ 94

23/2

dução de compostos eficientes e menos danosos ao meio ambiente.

Ressalte-se ainda o grande potencial de produção de soros e vacinas mais eficazes do que os atuais. A importância que o Governo do Distrito Federal venha² dar ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Distrito Federal será de fundamental importância para o desenvolvimento mais igual, mais socialmente responsável, mais humanitário para a terra em que vivemos.

Mas isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente será possível na medida em que tanto cientistas como representantes dos diversos segmentos da sociedade possam contribuir democraticamente no estabelecimento de prioridades para o Distrito Federal,

Assim, esperamos que no Distrito Federal possa haver mais justiça, mais igualdade, que os equipamentos de pesquisa e o valor dos pesquisadores sejam apreciados neste Governo.

Sr. Presidente, para concluir nossa intervenção, pedimos a atenção dos nobres Parlamentares desta Casa, sobretudo daqueles que hoje se colocam na perspectiva de apoio ao Sr. Governador Joaquim Roriz, para a situação do desenvolvimento científico e tecnológico no Distrito Federal. Jamais teremos um processo de industrialização equilibrado, que respeite o meio ambiente, integre a comunidade e principalmente absorva a mão-de-obra, que não passe por um profundo apoio à ciên

01 FEV 1991

CL-~~911~~ 95

23/3

cia e à tecnologia. O processo de industrialização nunca, era país al
gum, em local algum foi possível sem um grande apoio à pesquisa, ao
desenvolvimento tecnológico e sobretudo aos pesquisadores, hoje lamen
tavelmente alienados neste País, em especial ao processo decisório.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº DE 1991

APROVA A 1a. REFORMULAÇÃO DO DETALHAMENTO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE Cr\$ 5.600.300.000,00 CONSIGNADA NO ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL PARA O EXERCÍCIO DE 1991.

Art, 19 - Fica aprovada a 1a. Reformulação do detalhamento da dotação orçamentária no valor de Cr\$ 5.600.300.000,00 (cinco bilhões, seiscentos milhões e trezentos mil cruzeiros) consignada no elemento 4.1.3.0 - Investimento era Regime de Execução Especial, do Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1991 na forma seguinte:

3.1.1.0 - Pessoal	2.240.000.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patrimoniais	896.000.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo	560.000.000,00
3.1.3.1 - Remuneração de Serv. Pessoais	60.000.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos...	1.150.000.000,00
3.2.8.0 - Contribuição para formação do Patrimônio do Serv. Público..	4.300.000,00
4.1.2.0 - Equipamentos e Mat. Permanente	640.000.000,00
4.2.5,0 - Aquisição de Tít. Representa- tivos de capital já integrali- zados	50.000.000,00
T O T A L	5.600.300.000,00

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Resolução visa complementar recursos na atual dotação para pagamento de pessoal eventual, que se tornou insuficiente para cobrir estes gastos, face a Resolução nº 001 /91, desta Casa e Ato da Mesa nº 001/91.

O cumprimento da prefalada Resolução fica na dependência da aprovação da presente Projeto. s

do em 1º/2/91

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

01 FEV 1991

CL-~~CONF~~ 95

23/3

cia e à tecnologia. O processo de industrialização nunca, em país al
gum, em local algum foi possível sem um grande apoio à pesquisa, ao
desenvolvimento tecnológico e sobretudo aos pesquisadores, hoje lamen
tavelmente alienados neste País, em especial ao processo decisório.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Cauhy) - Convidamos os Srs. Deputados para a sessão extraordinária de segunda-feira, às 10h~~00~~.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

r

~~MESA~~

~~Presidente~~

Salviano Guimarães (PFL)

~~Vice-Presidente~~

Tadeu Roriz (PSC)

~~1º Secretário~~

Pedro Celso (PT)

~~2º Secretário~~

José Ornellas (PL)

~~3º Secretário~~

Benício Tavares (PDT)

~~Suplentes~~

José Edmar (PTR)

Fernando Naves (PDC)

OBS - A composição do
nº 1600 deverá ser
em cada 1º. 1º. 1º.